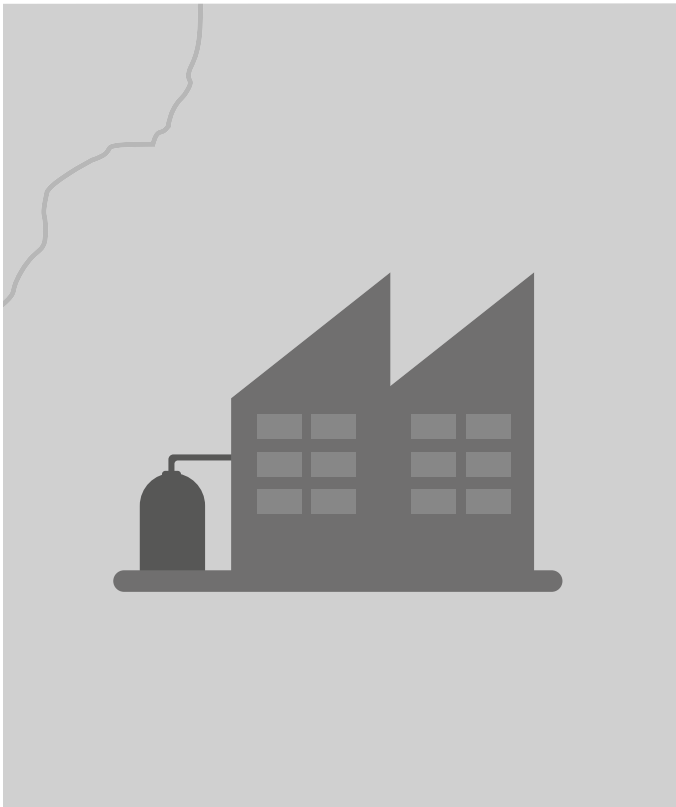




PANORAMA DO Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

Data-base: dezembro/2022



Índice

Lista de siglas	4
Apresentação	6
Sumário executivo	8
1 Organização e atendimento das cooperativas no país	10
1.1 Organização	10
1.2 Unidades de atendimento	12
2 Cooperados	20
3 Participação do SNCC no SFN	28
4 Principais dados econômico-financeiros	39
4.1 Ativos (SNCC)	39
4.2 Captações (SNCC)	41
4.3 Patrimônio líquido (cooperativas singulares)	43
4.4 Resultado (cooperativas singulares)	45
4.5 Solvência (cooperativas singulares)	49
5 Considerações finais	53

Lista de siglas

- AC – Auditoria Cooperativa
- BC – Banco Central do Brasil
- CA – Conselho de Administração
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- Cresol – Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária
- Cosif – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
- CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
- CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- Deorf – Departamento de Organização do Sistema Financeiro
- Direx – Diretoria Executiva
- FGC – Fundo Garantidor de Créditos
- FGCoop – Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
- FPR – Fator de Ponderação de Risco
- IAC – Índice de Adequação de Capital
- IB – Índice de Basileia
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LC – Lei Complementar
- LCA – Letra de Crédito do Agronegócio
- LCI – Letra de Crédito Imobiliária
- LF – Letra Financeira
- LGD – Perda dado o Default
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- LIG – Letra Imobiliária Garantida
- MEI – Microempreendedor Individual
- MPME – Micro, Pequenas e Médias Empresas

PAC – Posto de Atendimento Cooperativo
PD – Probabilidade de Default
PF – Pessoa Física
PJ – Pessoa Jurídica
PL – Patrimônio Líquido
PLD/FT – Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
PR – Patrimônio de Referência
Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
ROA – Retorno sobre Ativos
ROE – Retorno sobre o Patrimônio Líquido
RWA – Ativos Ponderados pelo Risco
SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCR – Sistema de Informações de Crédito
Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN – Sistema Financeiro Nacional
Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo
SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
TVM – Títulos e Valores Mobiliários
UA – Unidade de Atendimento
Unicad – Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central
Unicred – Sistema de Crédito de Profissionais da Saúde

Apresentação

O Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) é uma publicação anual do Banco Central do Brasil (BC), elaborado a partir das diversas informações coletadas das cooperativas de crédito e demais entidades que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este Panorama, referente à data-base de 31 de dezembro de 2022, objetiva mostrar a evolução dos números do Sistema Cooperativo e oferecer subsídios para o melhor conhecimento sobre o segmento.

Na sua parte inicial, são apresentadas informações relacionadas à organização do SNCC e ao atendimento aos cooperados das cooperativas de crédito no país, com a estruturação do segmento e suas unidades de atendimento e distribuição no território nacional. Acompanha um box sobre um projeto-piloto de atuação das cooperativas centrais de crédito na análise prévia das eleições de membros estatutários e reformas estatutárias de suas filiadas, e outro a respeito das mudanças normativas recentes relacionadas ao segmento.

O segundo tópico contempla informações sobre o quadro de cooperados e sua evolução, considerações quanto ao perfil pessoa física (PF) por gênero e faixa etária e sua relação com a população, além da representatividade dos associados de municípios fora da área de ação de sua cooperativa. Segue com um box que trata da avaliação da atuação dos órgãos estatutários.

No tópico seguinte, são abordados aspectos relativos à participação do SNCC no SFN, com ênfase nas operações de crédito, incluindo a evolução da carteira, as modalidades, as carteiras de pessoas físicas e jurídicas, os segmentos de clientes, assim como a evolução dos ativos considerados problemáticos e sua cobertura por provisões, sempre em comparação com o restante do SFN. Contém também um box sobre a proporção da carteira de crédito que os cooperados mantêm no SNCC e nas demais entidades do SFN, bem como as modalidades com maior potencial de crescimento.

O último tópico apresenta os principais dados econômico-financeiros do segmento, abordando a evolução dos ativos e das captações do SNCC, patrimônio líquido, resultado e análise de indicadores de rentabilidade e de eficiência das cooperativas de crédito singulares, incluindo diferentes segmentações, e aspectos relativos à solvência das cooperativas de crédito singulares e limites regulamentares.

As informações utilizadas na elaboração deste Panorama do SNCC foram os dados agregados dos sistemas de Consolidação Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), de Informações de Crédito (SCR), de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco

Central (Unicad), das Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa (Documento 5300) e de outras bases de dados disponíveis no BC. Todos os dados que integram as bases utilizadas neste Panorama são de responsabilidade das respectivas instituições financeiras.

Os dados contidos neste documento podem divergir de outras publicações, bem como das informações disponibilizadas no sítio do BC, por diversos motivos, como atraso na entrega ou substituição de documentos, atualização de cadastro, diferenças metodológicas, como a forma de agregação de dados individuais, lacunas ou erros no preenchimento das informações, diferentes fontes de informação, entre outros.

O Anexo Estatístico relaciona os dados dos gráficos e das tabelas do Relatório e pode ser encontrado no mesmo endereço eletrônico em que está disponível o Panorama.

Sumário Executivo

O SNCC deu sequência aos processos de incorporações e continuou ampliando sua presença física no país, aumentando também o quadro de associados. Com crescimento a taxas maiores que o conjunto dos demais segmentos em 2022, a representatividade do SNCC no SFN se ampliou. A carteira de crédito do sistema continuou crescendo, embora em ritmo menor, e ainda com boa cobertura de ativos problemáticos. No contexto de elevação da taxa básica de juros, as cooperativas singulares apresentaram melhora no resultado. A capitalização agregada das cooperativas singulares continua em patamar confortável.

Com a continuidade dos processos de incorporações, o SNCC encerrou 2022 com 799 cooperativas singulares, 32 cooperativas centrais e quatro confederações, além de dois bancos cooperativos, organizando-se preponderantemente na forma de sistemas cooperativos. O segmento continuou ampliando sua presença física no país, com a quantidade de unidades de atendimento (UA) chegando a 9.122, fazendo-se presente em aproximadamente 55% dos municípios da Federação.

Os cooperados somaram 15,6 milhões¹ em dezembro de 2022, crescendo cada vez mais a representatividade de associados pessoas jurídicas (PJs), que já correspondem a cerca de 15% do total. A parcela da população do país associada a cooperativas de crédito alcançou 6,2%, observando-se aumento em todas as regiões, com destaque para a Região Sul.

O SNCC continuou aumentando sua representatividade no SFN. Os ativos totais do SNCC atingiram R\$590 bilhões em dezembro de 2022, com taxa de crescimento superior ao do SFN (28,5% ao ano no SNCC e 11,0% no restante do SFN), com expressivo crescimento de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), impulsionados

pela alta da taxa Selic. O estoque de captações do SNCC também aumentou a taxas maiores que o SFN, totalizando R\$466 bilhões (29,9% ao ano no SNCC e 12,0% no SFN).

Em dezembro de 2022, a carteira de crédito ativa do SNCC chegou a R\$383 bilhões e se manteve como o segmento do SFN com maior expansão de crédito (22,4% no ano), apesar da redução do ritmo de crescimento. O crédito rural a pessoas físicas e o capital de giro para micro, pequenas e médias empresas continuam sendo as principais modalidades das carteiras PF (44,4%) e PJ (50,1%).

A participação de ativos problemáticos na carteira ativa cresceu em 2022, revertendo a trajetória de queda iniciada em 2020, similar ao observado no SFN, atingindo 4,6% da carteira ao final do ano, abaixo do restante do SFN. A relação entre as provisões para perdas em crédito e os ativos problemáticos reduziu em 2022, mas se manteve acima de 90%, nível superior ao registrado pelas demais entidades do SFN. As provisões também permanecem suficientes para suportar as perdas esperadas com base em modelos de probabilidade de *default* (PD) e de perda dado o *default* (LGD) desenvolvidos pelo BC.

O segmento continuou se alavancando financeiramente, com o crescimento do patrimônio líquido (PL) em menor ritmo que os ativos e captações, com o PL chegando a R\$82 bilhões em dezembro de 2022, com contribuições relevantes das reservas patrimoniais e do capital social, viabilizando a expansão do segmento.

Seguindo a tendência de anos anteriores, o resultado do segmento melhorou em 2022. Observou-se incremento dos custos de captação, em linha com a evolução da Selic, e das despesas de provisão, em cenário de maior materialização de risco. Por outro lado, houve um crescimento significativo das rendas dos ativos de intermediação financeira, além de um aumento das despesas administrativas em ritmo menor que os ativos.

O estoque ainda existente de operações contratadas em período de taxas de juros mais baixas e o aumento dos custos de captação e das

¹ Contagem de Cadastros de Pessoas Físicas (CPFs)/ Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas (CNPJs) distintos, ou seja, cooperados associados em mais de uma cooperativa são contados uma única vez.

despesas de provisão pressionaram a margem de crédito. O aumento no retorno da carteira de títulos possibilitou algum acréscimo das margens de intermediação financeira, apesar da pressão sobre a margem de crédito. Adicionalmente, o ganho de escala, com as despesas administrativas reduzindo sua relevância frente a maior expansão dos ativos, resultou no aumento da rentabilidade do segmento.

A capitalização agregada das cooperativas singulares manteve-se estável em 2022, interrompendo a trajetória descendente verificada nos últimos anos, e continua em patamar confortável, capaz de sustentar o aumento da participação do SNCC no crédito nacional.

No quadro a seguir, são apresentadas, resumidamente, as principais variações ocorridas de dezembro de 2021 a dezembro de 2022:

Varição entre dezembro/2021 e dezembro/2022	
Número de cooperativas singulares	-2,3%
Unidade de Atendimento	+12,5%
Número de cooperados	+14,5%
Ativos totais	+28,6%
Carteira de crédito ativa	+22,4%
Estoque de captações	+29,9%
Rendas de operações de crédito (60% do total das receitas)	+62,8%
Rendas de TVM e centralização financeira (21% do total das receitas)	+221,1%
Receitas de serviços (11% do total das receitas)	+15,3%
Despesas de captação (47% do total das despesas)	+208,4%
Despesas administrativas (31% do total das despesas)	+24,8%
Despesas de provisão líquida de reversão (13% do total das despesas)	+92,9%
Margem de capital	+17,9%

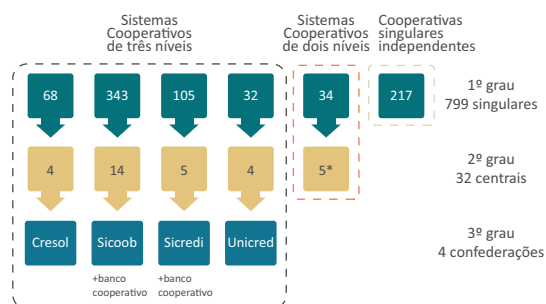
1 Organização e Atendimento das Cooperativas no País

1.1 Organização

O cooperativismo de crédito no Brasil, mesmo que mais lentamente, manteve a tendência de diminuição na quantidade de cooperativas singulares. As incorporações continuam contribuindo para melhorar a eficiência operacional e proporcionar ganhos de escala ao segmento. Permanece o crescimento de representatividade das cooperativas de crédito de livre admissão.

O SNCC não sofreu alterações significativas em sua composição, permanecendo com quatro sistemas de três níveis, cinco sistemas de dois níveis,² além das cooperativas singulares independentes. Os sistemas de três níveis incluíam a maioria das cooperativas de crédito singulares (548); as independentes continuaram numerosas (217) e os sistemas de dois níveis aumentaram em uma singular (34). O número de centrais no Sicoob passou de 16 para 14³ (Figura 1.1.1).

Figura 1.1.1 – Distribuição das cooperativas do SNCC em níveis – Dez/2022

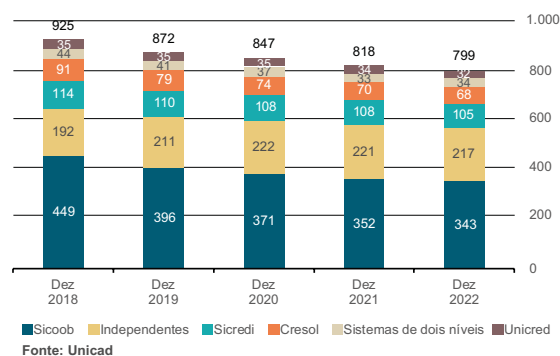


Obs.: As confederações dos sistemas Cresol e Unicred são instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BC. As demais são confederações de serviços e de representação.

Fonte: Unicad

A quantidade total de cooperativas de crédito singulares reduziu em 2022, seguindo a tendência de anos anteriores. O número de singulares passou de 818 para 799 (-2,3%) (Gráfico 1.1.1). O principal motivo para a redução no número de singulares foram as incorporações (15) (Tabela 1.1.1).

Gráfico 1.1.1 – Evolução do número de cooperativas de crédito singulares por sistema



Fonte: Unicad

- 2 A incorporação da CCCM do RS, SC e PR – Ceresul pela Credisis foi concluída em 6 de janeiro de 2023 e, a partir dessa data, a composição do SNCC passou a abranger quatro sistemas de três níveis e quatro sistemas de dois níveis.
- 3 A CCC de Goiás incorporou a CCEC Planalto Central e a CCC do Rio de Janeiro incorporou a CCCM Sicoob Unimais, dando origem à Coopcentral Sicoob Nova Central e à CCEC Sicoob Unimais Rio, respectivamente.

Tabela 1.1.1 – Fluxo das cooperativas singulares por sistema

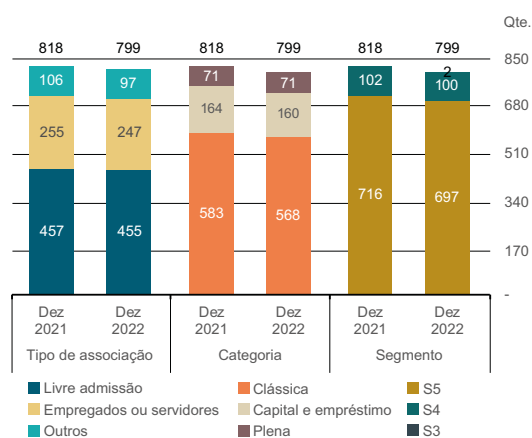
Sistema	Dez/21	Entradas			Saídas					Dez/22
		Consti- tuição	Migra- ção	Total	Incorporação	Dissolução de sociedade	Outros motivos de cancelamento	Migra- ção	Total	
Sicoob	352	0	2	2	7	0	0	4	11	343
Sicredi	108	0	0	0	3	0	0	0	3	105
Cresol	70	0	1	1	3	0	0	0	3	68
Unicred	34	0	0	0	0	0	0	2	2	32
Sist. de dois níveis	33	0	5	5	1	0	0	3	4	34
Independentes	221	0	5	5	1	2	2	4	9	217
Total	818	0	13	13	15	2	2	13	32	799

Fonte: Unicad

A representatividade das cooperativas de crédito de livre admissão continuou aumentando em 2022. O critério de associação de “livre admissão” passou a representar 56,9% da quantidade total de singulares ante 55,9% em dezembro de 2021, apesar da redução do número, de 457 para 455 (Gráfico 1.1.2). Oito cooperativas foram incorporadas, e seis dos demais tipos alteraram o critério de associação para livre admissão. O ativo total das cooperativas de livre admissão passou a representar 90,6% do ativo total das singulares (88,5% em dezembro de 2021) (Gráfico 1.1.3).

categoria plena⁵ manteve-se estável durante o ano (71). As clássicas ainda são maioria (568), seguidas das singulares de capital e empréstimo (160). Quanto ao regime prudencial, as singulares S5,⁶ optantes pela metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de capital, representavam 87,2% das singulares e 50,5% de seus ativos. Duas singulares S4 (4,1% dos ativos) passaram a ser enquadradas no segmento S3, por atingirem e manterem o porte suficiente previsto na norma. As singulares S4 representavam 12,5% da quantidade e 45,4% do ativo total das singulares (Gráfico 1.1.3).

Gráfico 1.1.2 – Classificação das cooperativas de crédito singulares



Fonte: Unicad

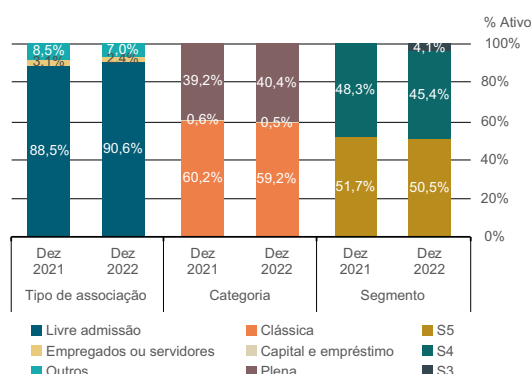
Não ocorreram mudanças relevantes entre categorias em 2022. Em relação ao regime prudencial, duas singulares passaram para o segmento S3.⁴ A quantidade de cooperativas da

5 Conforme a Resolução 4.434, de 5 de agosto de 2015, as cooperativas de crédito são categorizadas como plenas (podem praticar todas as operações), clássicas (não podem ter moeda estrangeira, operar com variação cambial nem com derivativos) e as de capital e empréstimo (não podem captar depósitos, sendo seus recursos oriundos apenas do capital integralizado pelos associados). A partir de 1º.1.2023, entrou em vigor a Resolução 5.051, de 25 de novembro de 2022, que passou a regulamentar a matéria.

6 Segmentação estabelecida pela Resolução 4.553, de 30 de janeiro de 2017, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sendo S3 composto pelas instituições de porte inferior a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e igual ou superior a 0,1% do PIB, S4 pelas instituições de porte inferior a 0,1% do PIB e S5, pelas instituições de porte inferior a 0,1% do PIB que utilizam metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de capital.

4 CC Creditrus e Coop Viacredi.

Gráfico 1.1.3 – Representatividade no ativo total das cooperativas de crédito singulares por classificação



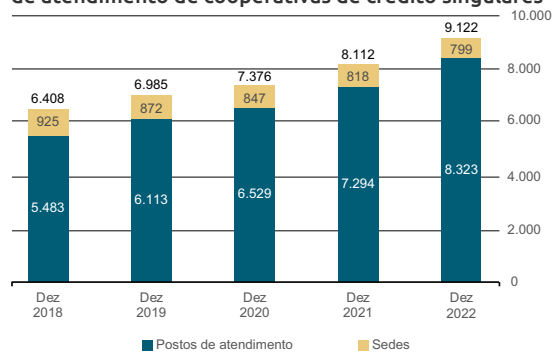
Fonte: Cosif e Unicad

1.2 Unidades de atendimento

A quantidade de Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) e de municípios na área de ação de cooperativas de crédito continuou crescendo em 2022. Apesar da redução na quantidade de cooperativas de crédito singulares, todas as regiões do país foram beneficiadas por novas unidades de atendimento em municípios antes não atendidos. O número de municípios em que a cooperativa de crédito é a única alternativa presencial também se elevou.

O maior crescimento no número de PACs dos últimos quatro anos confirma a tendência do segmento. A quantidade de PACs teve acréscimo de 1.029 unidades (+14,1%) (Gráfico 1.2.1). Nos últimos quatro anos, o crescimento foi de 51,8%. Levando em conta o conceito mais amplo de unidades de atendimento, que engloba as sedes das cooperativas, o SNCC fechou 2022 com 9.122 unidades de atendimento, acréscimo de 1.010 unidades (+12,5% no ano).

Gráfico 1.2.1 – Evolução da quantidade de sedes e postos de atendimento de cooperativas de crédito singulares



Fonte: Unicad

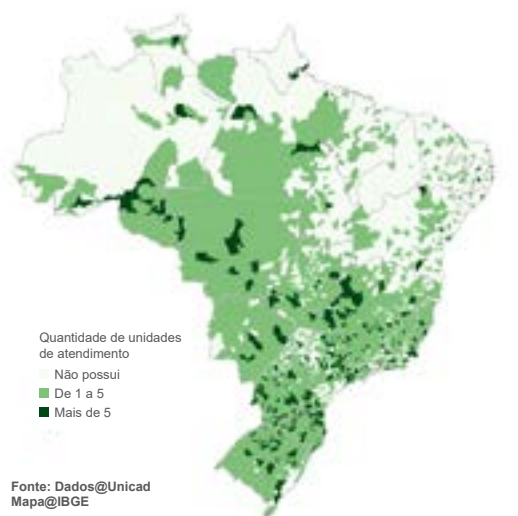
A quantidade de municípios atendidos por pelo menos uma unidade de atendimento (UA) física de cooperativa aumentou em todas as regiões. Em dezembro de 2022, o cooperativismo de crédito estava presente, com pelo menos uma sede ou PAC, em 3.080 municípios no país (55,3%), com acréscimo de 174 municípios atendidos em relação ao ano anterior (Tabela 1.2.1). A Região Sudeste se destacou em termos absolutos com 84 novos municípios atendidos. O Norte e o Nordeste se destacaram no aumento relativo, com +22,1% e +10,2%, respectivamente. A Região Nordeste, apesar do crescimento recente, continua sendo a que apresenta a menor presença de UAs do cooperativismo de crédito em relação ao total de municípios (Figura 1.2.1).

Tabela 1.2.1 – Percentual de municípios com unidades de atendimento de cooperativas de crédito por região

Região	2018	2019	2020	2021	2022
Sul	91,9%	93,1%	94,1%	95,0%	95,9%
Centro-Oeste	55,9%	59,3%	63,8%	69,8%	75,2%
Sudeste	58,3%	60,9%	61,9%	65,3%	70,3%
Norte	24,0%	25,6%	27,6%	30,2%	36,9%
Nordeste	10,9%	11,2%	11,8%	12,5%	13,8%
Total no país	47,3%	48,8%	50,0%	52,2%	55,3%

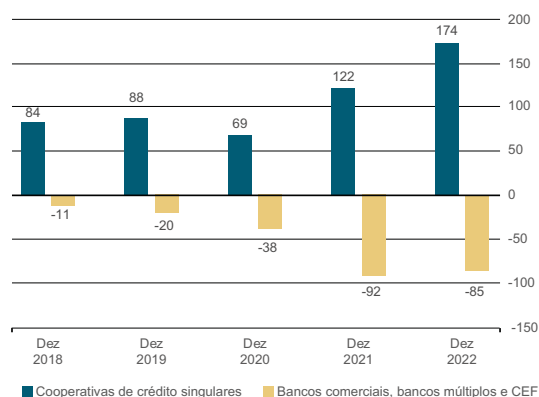
Fonte: Unicad

Figura 1.2.1 – Distribuição de sede e postos de atendimento de cooperativas de crédito – Data-base dez/22



Nos últimos anos, enquanto a quantidade de municípios com a presença do cooperativismo de crédito cresceu, a quantidade de municípios atendidos pelo segmento bancário reduziu. Em 2022, ao passo que 174 novos municípios passaram a ser atendidos por cooperativas, 85 municípios deixaram de ser atendidos por agências e postos de bancos (Gráfico 1.2.2). Nesse contexto, a quantidade de municípios onde a cooperativa de crédito é a única alternativa presencial para obtenção de serviços financeiros cresceu, assim como nos anos anteriores, passando de 274 (dez/2021) para 331 (dez/2022). Com isso, o SNCC reforça seu importante papel como agente de inclusão financeira da população brasileira.

Gráfico 1.2.2 – Variação absoluta da quantidade de municípios atendidos por bancos ou cooperativas



Considera variação anual absoluta na quantidade de municípios com pelo menos uma sede ou PAC de cooperativas singulares ou com pelo menos uma agência, PAA ou PAB de bancos comerciais, múltiplos ou Caixa.

Fonte: Unicad

A tendência de redução no número de cooperativas singulares deve permanecer, apesar de sinais de redução no ritmo, acompanhado de ganho de escala e expansão de UA. O segmento de cooperativas de crédito tem melhorado sua eficiência operacional e seu ganho de escala, bem como vem ampliando sua atuação geográfica e o público em condições de associação e de acesso ao atendimento do SNCC. Espera-se que a expansão da rede de atendimento continue fortalecendo o cooperativismo como instrumento de inclusão financeira, principalmente em contexto de fechamento de agências e postos de atendimento bancário.

PROJETO-PILOTO DE ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS DE CRÉDITO NA ANÁLISE PRÉVIA DAS ELEIÇÕES DE MEMBROS ESTATUTÁRIOS E REFORMAS ESTATUTÁRIAS DE SUAS FILIADAS

Contextualização

A organização sistêmica em três níveis do cooperativismo brasileiro foi estabelecida no artigo 6º da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971,

que classificou as cooperativas em singulares, centrais ou confederações

Nesse contexto, o objetivo das cooperativas centrais é organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (Lei 5.764/71, art. 8º).

No caso do ramo crédito, as cooperativas centrais de crédito, nos termos das normas infralegais pertinentes, são importantes na supervisão auxiliar de suas respectivas filiadas e são efetivas para reduzir a preocupação com riscos prudenciais e sistêmicos no SNCC.

A evolução gradativa, prudente e permanente da estrutura regulatória e dos procedimentos operacionais⁷ abriu espaço para ampliar o papel das centrais, com a inclusão da análise de eleições de membros estatutários e de reformas estatutárias que necessitam de aprovação pelo Banco Central (Lei 4.595/64, art. 33 e art. 10, inciso X, alínea f, respectivamente) por meio do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf).

Essa conjunção de fatores, aliada à maturidade atual do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), levou o Banco Central do Brasil a propor ao segmento cooperativista organizado em dois ou três níveis a execução de projeto-piloto abrangendo esses assuntos.

Objetivos

Os principais objetivos do projeto-piloto são:

1. incentivo à autorregulação e à autogestão no SNCC;
2. maior compreensão, disseminação e controle pelo segmento dos requisitos necessários (capacitação técnica, experiência e reputação) ao exercício de cargos estatutários em cooperativas de crédito, propiciando inclusive um maior alinhamento entre os procedimentos adotados pelo Banco Central e os critérios internos adotados pelas cooperativas na análise dos candidatos e eleitos para cargos estatutários;
3. análises mais aderentes à realidade e às especificidades das cooperativas, tanto com relação às ocorrências reputacionais, que podem impactar efetivamente a imagem da cooperativa junto à

comunidade em que atuam, quanto à capacidade técnica adequada e necessária para os pretensos ocupantes a cargos estatutários em determinada cooperativa;

4. ampliação da possibilidade de tratar as ocorrências reputacionais e as questões relativas à capacidade técnica antes do ingresso do pleito no Banco Central e mesmo antes da própria eleição, evitando assim os transtornos decorrentes do indeferimento de pessoas já eleitas;
5. redução do prazo de análise dos processos de eleição de membros estatutários e de alteração dos estatutos sociais das cooperativas de crédito singulares filiadas a centrais;
6. redução do *trade-off* entre “celeridade e segurança”, ressaltando que a segurança do processo autorizativo será mantida com envolvimento e responsabilidade das centrais pelas informações e opiniões prestadas ao Banco Central;
7. racionalização na utilização dos recursos dos sistemas cooperativos e do próprio Banco Central.

Impacto da atuação das centrais na análise prévia das eleições de membros estatutários e reformas estatutárias de suas filiadas

Para exemplificar o potencial desse projeto-piloto, em 2022 o Deorf analisou 1.027 processos de eleição e reforma relacionados ao SNCC (33,6% do total de 3.056 processos do Deorf), sendo:

- 785 processos de singulares filiadas a uma central (25,7% do total);
- 181 processos de singulares independentes (5,9% do total);
- 61 processos de centrais e confederações de crédito (2,0% do total).

Dessa forma, em termos quantitativos, a utilização das centrais na análise prévia das eleições de membros estatutários e reformas estatutárias de suas filiadas impactará cerca de 25,7% do total de processos analisados pelo Deorf.

⁷ Como, por exemplo, as recentes mudanças promovidas pela Lei Complementar 196, de 24 de agosto de 2022, que alterou a Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, aumentando as atribuições das cooperativas centrais de crédito, bem como a edição, em 2022, das Resoluções CMN 4.970 e 5.051 e da IN 299, que atualizaram os procedimentos em relação aos processos de competência do Deorf.

Para o SNCC, há benefício objetivo e direto na simplificação e redução da quantidade de documentos que atualmente compõem a instrução de processos pelas singulares filiadas. Como responsável pelas informações prestadas, a central avaliará e se assegurará sobre os critérios mínimos a serem atendidos pelos membros eleitos para órgãos estatutários,⁸ mas sem a necessidade do sistemático envio de toda a documentação ao Banco Central.

Outra maneira de perceber a simplificação está na significativa redução da quantidade de documentos exigidos atualmente pelas singulares filiadas para instrução de um processo de eleição de membros estatutários (no caso, requerimentos, declarações sobre reputação ilibada – 1 por eleito –, autorizações para acesso a pesquisas, LGPD e Receita Federal – 1 por eleito – e declarações justificadas da cooperativa sobre a capacitação técnica dos eleitos e sobre a realização de pesquisas cadastrais).

Como exemplo dessa racionalização para os envolvidos na instrução, análise e autorização, em um processo (mais simples) de eleição do conselho fiscal (3 efetivos e 1 suplente), a cooperativa envia atualmente 13 documentos ao Banco Central. Com o projeto, a quantidade deve ser reduzida para apenas um documento; no caso, um requerimento incluindo opinião conclusiva sobre os eleitos (capacitação técnica e reputação), ou seja, um *fast track* para as eleições com “nada consta”.

Apesar da mudança pretendida e racionalização na instrução dos pleitos, a central manterá a posse de todos os documentos atualmente enviados na instrução do pleito ao Deorf, ficando à disposição do Banco Central. Esse destaque é importante, pois, não obstante a realização de pesquisas e análises por parte das Centrais, a decisão sobre o pleito permanece sendo competência do Banco Central.

Além dos benefícios objetivos citados acima, a atuação da central como entidade de autorização auxiliar estimulará a organização sistêmica do SNCC, seja por meio da filiação de novas cooperativas a centrais, pela adoção de padrões sistêmicos para os estatutos sociais e/ou ainda pela implementação de processos sistemáticos de certificação sobre a capacitação técnica de seus membros estatutários.

Síntese da proposta

- a. Atribuição de maior envolvimento e responsabilidade das Centrais na análise dos pleitos de eleição e de reforma estatutária de suas filiadas submetidos ao Banco Central, por meio da prestação de informações e da realização de análise prévia relativa à:
 - atendimento aos requisitos de capacitação técnica e de reputação ilibada nos pleitos de eleição em órgãos estatutários;
 - regularidade da reforma estatutária (em especial com relação à aderência às diretrizes e ao estatuto padrão do respectivo sistema).
- b. Projeto-piloto (fase de transição), com proposta de implementação, por meio de mudança regulatória, a partir de 2024.
- c. A Central poderá instruir e protocolizar os processos de suas filiadas junto ao Banco Central.
- d. A Central emitirá opinião conclusiva sobre a regularidade e a adequação dos nomes dos eleitos e das mudanças estatutárias de suas filiadas nos pleitos submetidos ao Banco Central.
- e. A decisão dos pleitos continua sendo de competência do Banco Central, conforme legislação vigente, mas, durante o projeto-piloto, o Deorf levará em consideração o posicionamento da Central; após a mudança regulatória, o Banco Central fará o acompanhamento *a posteriori* do cumprimento dos requisitos avaliados pela Central, por amostragem.

8 Para um processo de eleição de membros estatutários, há documentações que não serão mais encaminhadas na instrução de processos: a) requerimentos que listavam os diversos documentos enviados em conjunto; b) autorizações para acesso a pesquisas, LGPD e Receita Federal (1 por eleito); c) declarações justificadas da cooperativa sobre a capacitação técnica dos eleitos e sobre a realização de pesquisas cadastrais; e d) demais declarações que são exigidas na instrução de cada pleito.

MUDANÇAS NORMATIVA RECENTES

Após um período de estabilidade, iniciado com a edição das Resoluções CMN 4.122, de 12 de agosto de 2012, e 4.434, de 5 de agosto de 2015, as normas aplicáveis ao cooperativismo de crédito receberam diversas alterações, impulsionadas por dois movimentos distintos.

Na instância legal, foi promulgada, em 24 de agosto de 2022, a Lei Complementar 196, que alterou a Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009, considerada o marco legal do segmento. No nível infralegal, em cumprimento ao Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019⁹, foram editadas, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a Resolução 4.970, de 25 de novembro de 2021, e, pelo Banco Central do Brasil (BC), a Instrução Normativa 299, de 30 de agosto de 2022, que consolidaram e atualizaram as normas de autorização comuns aos segmentos supervisionados pelo BC, com exceção daqueles sujeitos à regulação específica.

Por fim, no âmbito específico do segmento de cooperativas de crédito, e, atendendo tanto às diretrizes de consolidação do Decreto 10.139 como de regulamentação infralegal da LC 196, foram editadas a Resolução 5051, em 25 de novembro de 2022, dispondo sobre o processo de autorização aplicável a todo o segmento, e a Resolução 5061, em 16 de fevereiro de 2023, que consolidaram as normas próprias de autorização e funcionamento das cooperativas de crédito e das cooperativas de serviço, regulamentando, nesse último caso, um segmento inserido no universo supervisionado do BC pela LC 196.

Esse box tem como objetivo apresentar uma visão geral das novas normas sobre as cooperativas de crédito, destacando os avanços alcançados e os pontos de atenção a serem observados.

ALTERAÇÕES LEGAIS

Decorridos 14 anos desde a sua publicação e desde então passando somente por alterações

pontuais,¹⁰ em 2022 a Lei Complementar 130 passou pela primeira revisão ampla com a edição da Lei Complementar 196. Incorporando a experiência acumulada na regulação, supervisão e gestão do segmento ao longo deste período, essa revisão visou a melhorias nas áreas de governança, estabilidade prudencial, competitividade e eficiência operacional.

Como as novas disposições legais entraram em vigor sem regras de transição, as alterações impactaram de imediato os atos societários e respectivos pleitos de autorização, com exceção daquelas ainda dependentes de regulamentação infralegal, nos termos estabelecidos pela própria lei.

Quanto às alterações de vigência imediata, como se trata de disposições com níveis de complexidade e impacto diversos, podem necessitar do estabelecimento de critérios para uniformização de interpretações e procedimentos, que poderão ser alterados no futuro em decorrência da continuidade do processo de regulamentação infralegal ou redefinição interna de critérios. A seguir, estão listadas as principais alterações legais.

1. Confederações de serviços

Com a edição da LC 196, as confederações constituídas para prestação de serviços não financeiros, a exemplo das confederações Sicredi e Sicoob, passaram a se subordinar à regulação e supervisão do CMN e do BC. Esse dispositivo foi regulamentado com a edição da Resolução 5061, que reproduziu para as cooperativas de serviço a maior parte das normas estabelecidas para confederações de crédito. Uma das exceções relevantes refere-se aos limites mínimos de capital social e patrimônio líquido, de R\$5 milhões e R\$10 milhões, significativamente maiores do que os exigidos para as confederações de crédito, mas que espelham a realidade das entidades atualmente em operação e as expectativas dos reguladores quanto aos pleitos futuros de autorização.

⁹ Este decreto estabeleceu a obrigatoriedade de que órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional revisem e consolidem os atos normativos editados no âmbito de suas respectivas competências, a fim de racionalizar o processo de regulação.

¹⁰ Trata-se da Lei complementar 161, de 2018, que inseriu no rol das exceções à limitação das operações passivas junto somente aos associados a captação de recursos de municípios, seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas.

2. Estrutura dos órgãos estatutários

A LC 196 introduziu alterações substanciais nos critérios de constituição, composição e renovação dos órgãos estatutários das cooperativas de crédito. No tocante aos órgãos de administração, estabeleceu-se, como regra geral, a constituição de conselho de administração (CA) e de diretoria executiva (Direx) por ele eleita ou, em casos específicos, mediante regulamentação do CMN, somente uma diretoria, eleita por assembleia geral.

No exercício dessa competência, o CMN decidiu por manter os critérios anteriores para enquadramento obrigatório na estrutura completa (CA e Direx), quais sejam: as cooperativas de crédito plenas, as centrais de crédito, as confederações de crédito cooperativas e as cooperativas de crédito clássicas que detiverem média dos ativos totais, nos três últimos exercícios sociais, igual ou superior a R\$50.000.000,00. As cooperativas que não se enquadrarem nessa categoria poderão constituir apenas diretoria executiva.

A título de aprimoramento da governança e redução de potenciais conflitos de interesse, foram instituídas vedações ao exercício simultâneo de cargos de presidente ou vice-presidente de conselho de administração, ou de diretor executivo, com os cargos de: presidente ou vice-presidente do conselho de administração ou de diretor executivo de cooperativa singular de crédito, cooperativa central de crédito ou confederação integrantes do mesmo sistema cooperativo; e presidente ou vice-presidente do conselho de administração ou de diretor executivo nos fundos de que trata o inciso IV do caput do art. 12 da LC 130, de 2009. Até então, a única vedação de acumulação de cargos ocorria com relação ao conselho de administração e diretoria executiva na mesma cooperativa, que foi mantida.

Quanto à composição, foi extinto o cargo de conselho de administração suplente, mantendo-se a necessidade de renovação de pelo menos um terço de seus membros, agora todos efetivos. Replicando a mesma inovação trazida recentemente para as sociedades anônimas,¹¹ mas

em caráter facultativo, foi introduzido o cargo de conselheiro de administração independente, associado ou não da cooperativa, na forma prevista no Estatuto Social. Essa última faculdade, contudo, para entrar em vigor, depende ainda de regulamentação pelo CMN.

Também foram introduzidas alterações substanciais nos critérios de constituição e composição do conselho fiscal, que se tornou facultativo para cooperativas que adotarem a estrutura administrativa completa. Assim, as cooperativas que possuem apenas a diretoria executiva permanecem obrigadas a manter o conselho fiscal. A composição desse órgão no tocante à quantidade de membros suplentes passou de três para apenas um, permanecendo o mesmo número de três titulares, assim como o prazo de mandato máximo de três anos e a obrigatoriedade, nos termos regulamentados pelo CMN, de renovação de pelo menos um deles a cada eleição.

Da mesma forma que com os órgãos de administração, a lei também introduziu vedações ao exercício simultâneo no âmbito dos sistemas cooperativos de cargo de conselheiro fiscal em qualquer nível com os cargos: de conselheiro de administração de cooperativa singular de crédito; ou de diretor executivo de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação constituída por cooperativas centrais de crédito. Permanece vigorando no âmbito de cada cooperativa de crédito, como não poderia deixar de ser, a vedação estabelecida na lei geral das cooperativas quanto ao exercício simultâneo de cargos nos órgãos de administração e fiscalização.

Em linha com as boas práticas de gestão, espera-se que as novas opções na estrutura dos órgãos de gestão sejam exercidas de forma prudente e fundamentada, considerando não apenas a racionalização de custos que transparece à primeira vista, mas também os aspectos mais amplos relativos à governança e à efetividade da estrutura de gerenciamento de riscos e controles internos, incluindo os canais de participação e ação dos associados, dos quais o conselho fiscal atua como representante. Em particular aos sistemas cooperativos, recomenda-se a adoção de diretrizes ou normas sistêmicas sobre o tema, uma vez que

¹¹ Trata-se do parágrafo 2º do artigo 140 da Lei 6.404, introduzido pela Lei 14.195/2021, que tornou obrigatória, nos termos a serem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, a participação de conselheiros independentes na composição do conselho de administração.

a atuação dos órgãos estatutários está usualmente integrada com os processos de supervisão auxiliar.

3. Área de atuação e área de admissão de associados

Os conceitos de área de ação e área de admissão de associados foram definidos pela LC 196. A área de ação passou a ser definida como constituída pelos municípios nos quais sejam instaladas sua sede e demais dependências, na forma prevista no estatuto social. Já a área de admissão de associados foi delimitada pelas possibilidades de reunião, controle, realização de operações e prestação de serviços, por meio presencial ou eletrônico, podendo, de acordo com esses critérios, alcançar pessoas domiciliadas em qualquer localidade do território nacional. Finalmente, a área de atuação de uma cooperativa de crédito passou a ser constituída pela junção das áreas de ação e de admissão de associados.

4. Outras alterações

Além das mudanças legais que impactam os pleitos de autorização, a LC 196 introduziu aperfeiçoamentos pertinentes à regulação prudencial visando garantir maior amplitude de gestão e segurança operacional para o segmento, parte deles também ainda dependente de regulamentação infralegal.

4.1 Critérios para desfiliação de cooperativas centrais e singulares

Em face do amadurecimento dos sistemas cooperativas e das vantagens prudenciais e operacionais decorrentes da organização das cooperativas sob essa estrutura, a lei estabeleceu quóruns mínimos para decisões assembleares relativas à desfiliação de cooperativas de piso superior, diferenciados conforme a decisão seja se tornar-se independente ou filiar-se a outra instituição.

Nesse contexto, para se tornarem independentes, as cooperativas singulares atualmente filiadas passam a depender da decisão da maioria absoluta dos seus associados, abrandando-se essa exigência se a decisão envolver a transferência do vínculo para outra central, a qual dependerá da concordância da maioria dos associados presentes no ato assemblear, desde

que essa presença seja superior a um terço dos associados.

4.2 Novas modalidades de operações ativas e passivas

Visando ampliar o alcance e a segurança operacional, a eficácia dos instrumentos prudenciais e a redução de assimetrias regulatórias diante dos segmentos concorrentes, nova legislação passou a permitir às cooperativas novas categorias de credores e devedores em operações de captação e aplicação de recursos.

Os empréstimos sindicalizados, ainda não regulamentados, permitirão que um grupo de cooperativas ligadas a um mesmo sistema compartilhem operações de crédito de maior porte, cujos valores sejam incompatíveis com os limites individuais ou os critérios de concessão de crédito e de isonomia entre os sócios.

As novas possibilidades de operações de assistência e suporte financeiro permitirão que cooperativas centrais de crédito, confederações ou fundos garantidores aportem recursos nas cooperativas de forma mais tempestiva ou resolutiva, visando prevenir riscos de descontinuidade ou, uma vez configurados esses riscos, viabilizar operações de incorporação que permitam reduzir o ônus eventualmente imposto aos associados da cooperativa incorporadora, mediante financiamento das perdas acumuladas da cooperativa incorporada por meio de empréstimos diretos exclusivamente aos associados das cooperativas incorporadas, restituíveis por meio de sobras futuras, vedada qualquer forma de retenção de risco por parte da sociedade cooperativa incorporadora.

4.3 Administração temporária de cooperativas

Também buscando fortalecer os instrumentos de mitigação de riscos e saneamento de anormalidades dos sistemas cooperativos, a nova legislação introduziu a possibilidade de que cooperativas centrais de crédito ou confederações assumam, em caráter temporário, e mediante prévia autorização do BC, a administração de cooperativas filiadas, em situações de risco de continuidade ou perdas para os associados.

Nesse sentido, a cooperativa responsável pela administração temporária poderá, nessa condição,

exercer os atos de gestão necessários para a recuperação da normalidade operacional, incluindo o afastamento de membros de órgãos estatutários da cooperativa administrada, que, enquanto perdurar a intervenção, ficará impedida de desfiliar-se ou realizar o distrato da supervisão auxiliar. Essa modalidade de ação prudencial, que também ainda depende de regulamentação infralegal, representa nítido avanço em relação à hipótese de cogestão, até então admitida, que depende de um grau mínimo de convergência de interesses e de colaboração dos administradores da cooperativa assistida, que tende a não ocorrer quanto mais se tornam necessárias essas intervenções.

ALTERAÇÕES INFRALEGAIS

Na área de autorizações que envolvem o funcionamento das instituições financeiras e demais instituições reguladas, a consolidação normativa visou, além da atualização dos dispositivos nos termos exigidos, a uma organização mais racional, proporcional e flexível. Nessa linha, as normas foram reagrupadas em normas de natureza mais principiológica e geral, aplicáveis a todos os segmentos, sob responsabilidade do CMN, e normas de natureza mais específica e procedimental, emanadas do BC.

Sob essa diretriz, o segmento das cooperativas de crédito passou a ser regido, no tocante às normas gerais, pela Resolução 4.970, que substitui integralmente a Resolução 4.122, e a Instrução Normativa 299; no tocante às disposições específicas, pela Resolução 5.051 e pela Resolução 5.061, que passaram a formar, em conjunto com a Lei 5.764 e a LC 130, a estrutura normativa própria do segmento.

Essa nova forma de organização normativa, por um lado, proporciona uma visão mais didática, compreensiva e racional dos dispositivos normativos, mas, por outro, reforça a necessidade de que os seus operadores conheçam e interpretem de forma adequada todas as normas aplicáveis, incluindo as de natureza comum a todos os segmentos, independentemente do suporte do Sisorf, cujo conteúdo organizado na forma de tópicos operacionalmente mais adequados à rotina de instrução e análise dos pleitos não prescinde do conhecimento das normas originais.

A seguir, estão listadas as alterações decorrentes da nova estrutura normativa infralegal que deverão merecer atenção especial do segmento quando da execução e instrução dos pleitos relativos aos atos sujeitos à autorização do BC.

1. Hipóteses de indeferimento

A Resolução 4.970 inseriu entre as hipóteses para indeferimento dos pleitos o não atendimento de quaisquer dos requisitos ou condições estabelecidos na regulamentação para determinada autorização solicitada. Diante disso, ampliam-se as possibilidades de indeferimento, que poderão incluir, além das situações mais evidentes de inconformidade com as leis ou normas aplicáveis, também a forma de instrução dos pleitos, como, por exemplo, não utilização dos modelos de requerimento ou a inserção de documentos ou informações dispensados de integrar os pedidos.

2. Conteúdo dos processos

Para maior efetividade dos propósitos de racionalização e agilização dos pleitos de autorização, foram instituídos novos modelos de requerimentos para organização e conferência dos documentos e das informações necessários à instrução dos pleitos. Esses modelos passaram a ser obrigatórios, e seu cumprimento deve se dar de forma estrita, implicando que o conteúdo da instrução dos processos deve se limitar de forma rigorosa aos estabelecidos nos requerimentos, atentando-se para que não haja omissões tampouco excessos. Enquanto a omissão continuará suscitando exigências e subsequentes recontagens ou interrupções dos prazos regulamentares para análise, a inserção de documentos não previstos poderá resultar em atraso na tramitação do pleito ou mesmo no arquivamento do processo sem avaliação de mérito.

3. Declaração de propósito

Após a entrada em vigor da Resolução 4.970, a publicação de declaração de propósito, até então exigida das cooperativas enquadradas na categoria Plena, deixou de ser obrigatória para todos os segmentos supervisionados. Preservada a transparência considerada adequada, mas com evidentes ganhos de custos para o segmento, a divulgação de informações dos pleitos consideradas

de interesse público fica a cargo somente do BC, nos termos do art. 7º dessa resolução.

4. Ato societário

Em decorrência da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019, que instituiu a Declaração dos Direitos da Liberdade Econômica, o registro público dos atos constitutivos, suas alterações e extinções poderão ocorrer independentemente de autorização governamental prévia. Em decorrência, extinguiu-se a necessidade de a área de autorização inteirar-se do conteúdo integral dos atos societários das instituições financeiras, dispensando-se, portanto, a necessidade de emissão de documento que comprove, para fins de registro, a aprovação de todo o ato.

Assim, como medida de economia processual na instrução e no exame dos pleitos, não devem ser mais enviadas cópias do ato societário, mas apenas as informações relativas ao ato previstas no requerimento. Essa dispensa inclui a cópia do novo estatuto, no caso de reforma estatutária, seja consolidado na ata ou como documento à parte, até então firmado e devolvido à instituição para fins de registro. Permanece, contudo, a obrigatoriedade de envio da cópia eletrônica do documento, nos padrões já seguidos. O envio não exigido do ato poderá suscitar atraso no curso do exame ou mesmo arquivamento do processo sem exame de mérito por descumprimento dos critérios de instrução.

2 Cooperados

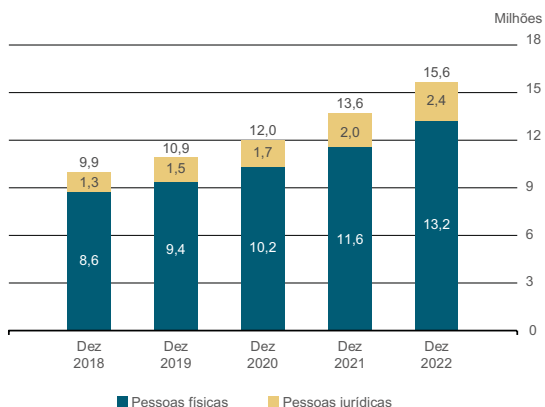
A quantidade de cooperados continua crescendo significativamente, sendo o incremento maior na base de associados PJ. Entre os associados PF, os homens são maioria, e vem tendo aumento de representatividade entre faixas etárias mais jovens. A Região Norte apresentou crescimento superior a outras regiões tanto em relação à PF quanto à PJ, mas ainda possui baixa penetração. A representatividade dos associados de municípios fora da área de ação¹² de sua cooperativa é significativa e tende a aumentar em razão dos avanços tecnológicos e das alterações normativas que favoreceram a ampliação da área de admissão das cooperativas.

A quantidade total de cooperados¹³ continua crescendo de forma relevante, mantendo tendência dos anos anteriores. O número total de associados atingiu 15,6 milhões em dezembro de 2022, sendo 13,2 milhões de PF e 2,4 milhões de PJ (Gráfico 2.1). O avanço no total de associados representou um aumento de 14,5% em 2022 (13,5% em 2021).

12 Área de ação: municípios onde as cooperativas possuem sede ou PAC. A área de admissão de associados representa a área delimitada pelas possibilidades de reunião, controle, realização de operações e prestação de serviços, por meio presencial ou eletrônico. Para maiores detalhes desses conceitos, vide Boxe “Evolução no entendimento das diferenças entre área de admissão de associados, área de ação e área de atuação” do Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo - Data-base dezembro/2021.

13 Contagem de CPF/CNPJs distintos, ou seja, cooperados associados em mais de uma cooperativa são contados uma única vez.

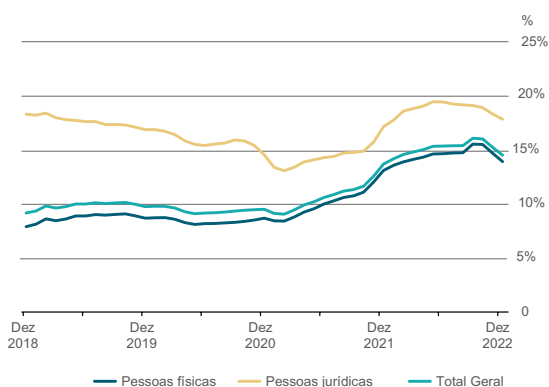
Gráfico 2.1 – Evolução da quantidade de cooperados



Obs.: Contagem de CPF/CNPJ distintos
Fonte: Documento 5300

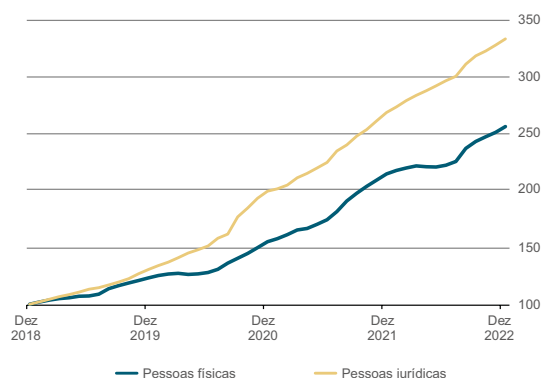
O ritmo de crescimento da quantidade de associados PJ continua superior ao dos cooperados PF. Em 2022, a quantidade de associados PJ¹⁴ cresceu 17,8%, enquanto a base de associados PF expandiu 13,9% (Gráfico 2.2). Entre dez/2018 e dez/2022, a representatividade das PJs passou de 13,0% da base de cooperados para 15,4%. A carteira de crédito PJ também teve crescimento superior (Gráfico 2.3), com sua participação aumentando de 36,5% para 42,7% da carteira das singulares no mesmo período.

Gráfico 2.2 – Taxa de crescimento anual da quantidade de cooperados



Fonte: Documento 5300

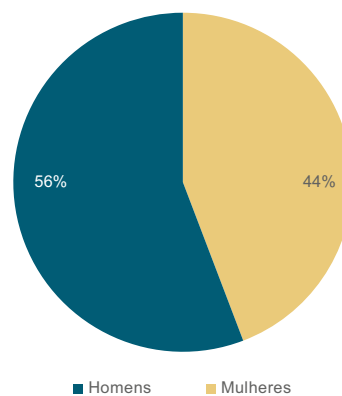
Gráfico 2.3 – Crescimento da carteira de crédito das cooperativas de crédito singulares por tipo de associado – Dez/2018 = 100



Fonte: SCR

Entre as PFs, a maior representatividade é dos associados homens. Mesmo sendo minoria da população brasileira em geral, os homens são maioria entre os cooperados (55,8%), embora tenha ocorrido uma leve queda na participação nos últimos anos (57,5% em dez/2018). A distribuição dos cooperados por faixa etária é similar para ambos os sexos, sendo que a mais numerosa é a de 30 a 39 (23,0% dos homens e 22,9% das mulheres) (Gráficos 2.4 e 2.5).

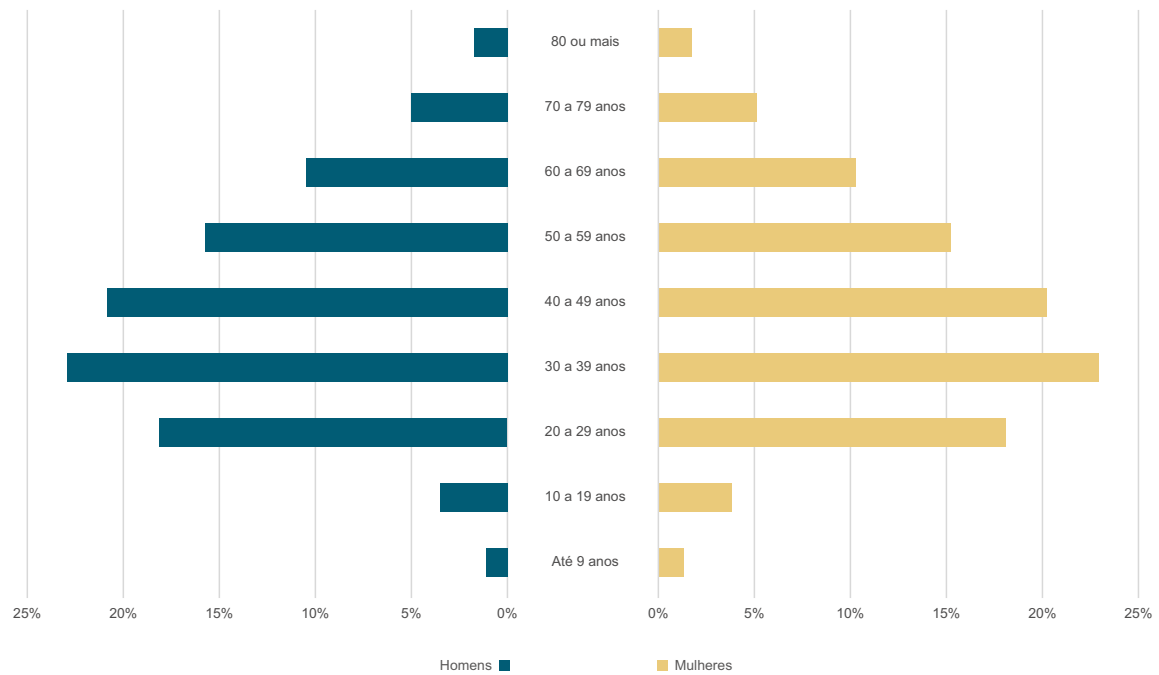
Gráfico 2.4 – Cooperados por sexo – Dez/2022



Fonte: Documento 5300

14 Com relação ao porte das PJs associadas, mais de 90% são consideradas micro ou pequenas empresas.

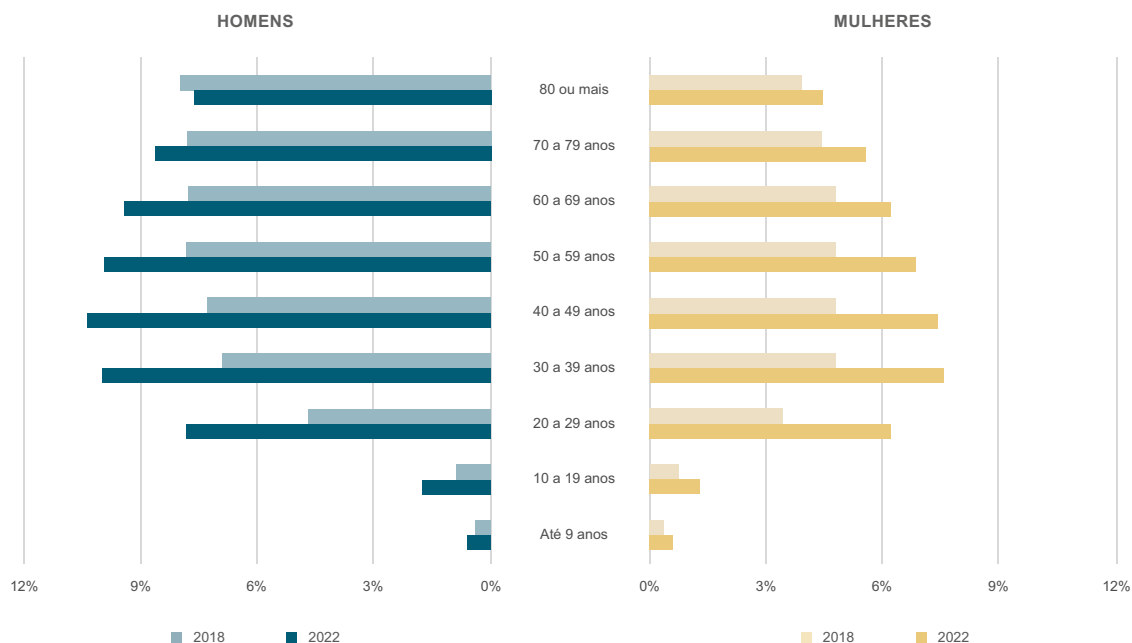
Gráfico 2.5 – Percentual de cooperados por faixa etária
 – Dez/2022



Fonte: IBGE e Documento 5300

O cooperativismo de crédito tem menor percentual de associação da população feminina e mantém tendência de crescimento de disseminação em faixas etárias mais jovens. O percentual da população associada a cooperativas de crédito considerando a faixa etária de maior percentual para os homens de 40 a 49 anos é de 10,4%, sendo de 7,7% na de maior percentual para as mulheres de 30 a 39 anos (Gráfico 2.6). Entre 2018 e 2022, a faixa de idade de 20 a 29 anos foi a que teve maior aumento no percentual da população associada a cooperativas (+3,2 p.p. homens e +2,8 p.p. mulheres).

Gráfico 2.6 – Percentual da população associada à cooperativa por faixa etária

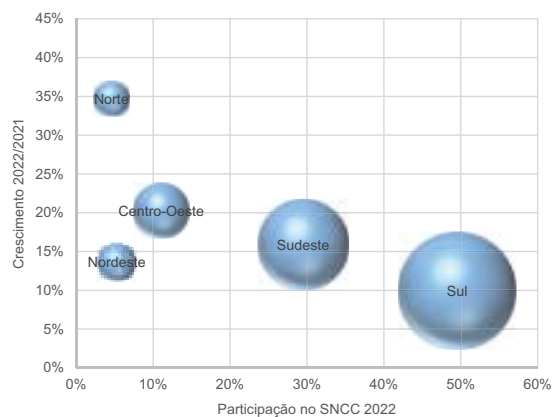


Fonte: IBGE e Documento 5300

A Região Sul permanece como a mais representativa, tanto entre as PFs quanto entre as PJs. Os cooperados PF da Região Sul correspondem a 49,5% do total do país, enquanto os cooperados PJ dessa região representam 41,0% do total. A segunda região mais representativa em termos de associados é a Região Sudeste, e as com menor participação são as Regiões Norte e Nordeste (Gráficos 2.7 e 2.8).

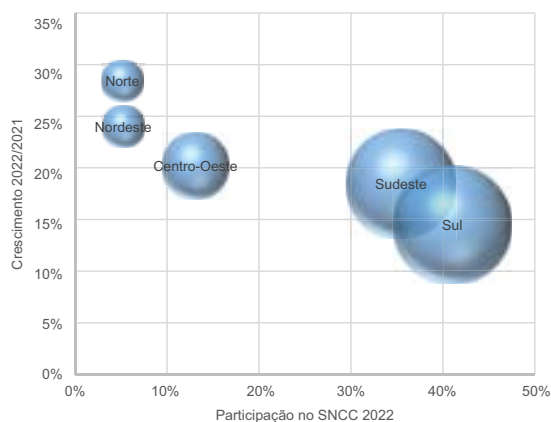
O crescimento do cooperativismo de crédito na Região Norte tem ritmo maior do que o da Região Nordeste, com aproximação no número de cooperados, mesmo com o Nordeste possuindo aproximadamente o triplo da população. A quantidade de associados da região Norte aumentou 34,7% (PF) e 28,4% (PJ) em 2022, enquanto na região Nordeste o crescimento foi de 13,6% (PF) e 24,0% (PJ). O crescimento das PJs se destaca tanto no Norte quanto no Nordeste, quando comparado com o crescimento nas outras regiões (Gráficos 2.7 e 2.8).

Gráfico 2.7 – Participação no SNCC e crescimento da quantidade de associados pessoa física por região
Círculo: Quantidade de cooperados em dez/2022



Fonte: SCR

Gráfico 2.8 – Participação no SNCC e crescimento da quantidade de associados pessoa jurídica por região
Círculo: Quantidade de cooperados em dez/2022



Fonte: Documento 5300

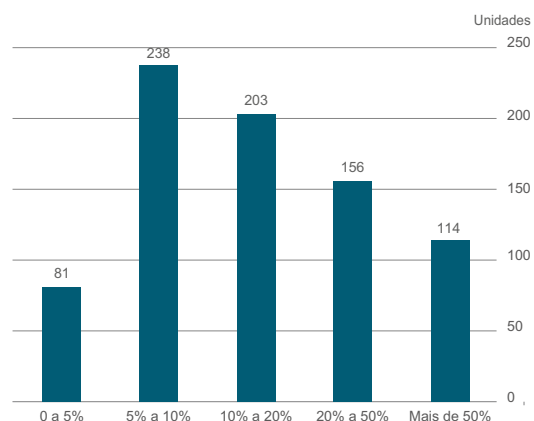
A representatividade dos associados de municípios fora da área de ação da cooperativa à qual estão vinculados é significativa. Em dez/2022, 11,7% dos associados eram de municípios que não estavam na área de ação de sua cooperativa de crédito e eram responsáveis por 14,5% da carteira ativa dessas singulares. Esse percentual tende a se elevar em razão dos avanços tecnológicos e das alterações normativas que diminuem a necessidade de instalações físicas para o atendimento aos cooperados e possibilitam a sua participação nas assembleias, mesmo residindo em localidades mais distantes de sedes ou PACs.

O expressivo aumento da quantidade de municípios com pelo menos uma sede ou PAC de cooperativa de crédito em todo o país contribuiu para manutenção do nível de representatividade dos associados dentro da área de ação. Entre dez/2018 e dez/2022, a quantidade de UA aumentou 42,4%, e a de municípios atendidos pelas cooperativas de crédito, 17,0%. Além de angariar novos cooperados, a grande expansão da rede de atendimento observada nos últimos anos permitiu a inclusão de muitos associados na área de ação de sua cooperativa. Excluindo os novos municípios que passaram a ser atendidos por cooperativas no período de dez/2018 a dez/2022, o percentual de cooperados fora da área de ação seria de 21,0% e o da carteira de crédito, 24,0%.

A base de associados fora da área de ação já é significativa para muitas cooperativas. Em 59,7% das cooperativas, mais de 10% do quadro era de

municípios que não compunham sua área de ação. Ademais, destaque para 14,4% das cooperativas que tinham mais de 50% do quadro fora dessa área (Gráfico 2.9).

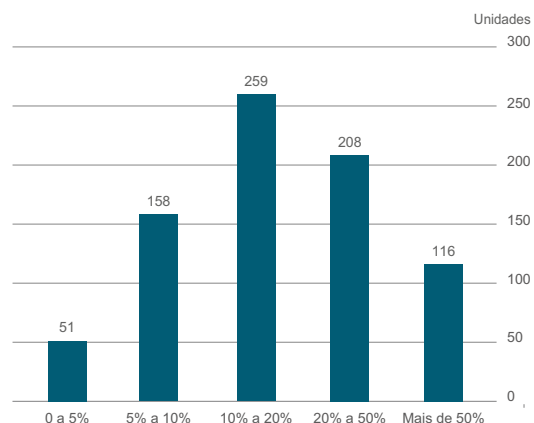
Gráfico 2.9 – Quantidade de cooperativas singulares por faixa de participação de associados de municípios fora de sua área de ação – Dez/2022



Fonte: Documento 5300 e Unicad

Em linha com a base de cooperados, parte significativa das cooperativas já conta com carteira de crédito de responsabilidade de associados de municípios fora de sua área de ação. Destaque para 14,6% das singulares com mais da metade da carteira pertencente a associados fora de sua área de ação, sendo que 583 cooperativas já contavam com mais de 10% de sua carteira de crédito originada para esse grupo de associados (Gráfico 2.10).

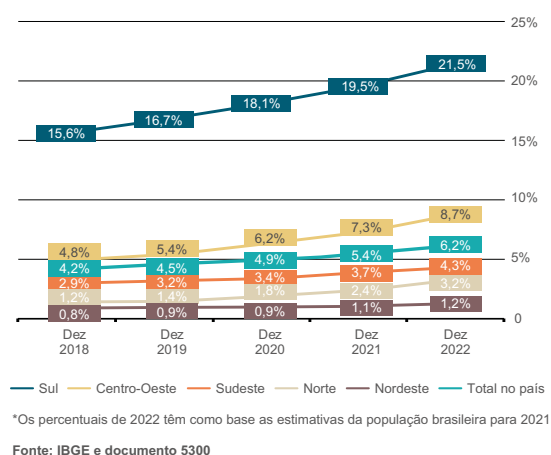
Gráfico 2.10 – Quantidade de cooperativas singulares por percentual da carteira de crédito de associados de municípios fora de sua área de atuação – Dez/2022



Fonte: Documento 5300, SCR e Unicad

O percentual da população associada a cooperativas de crédito aumentou em todas as regiões.¹⁵ O Brasil chegou em dez/2022 com 6,2% de sua população associada a pelo menos uma cooperativa de crédito. A Região Sul é a que apresenta o maior percentual de associação, 21,5%, sendo também a região com maior variação dessa participação no ano (+1,9 p.p.). Por outro lado, o Nordeste permanece sendo a região na qual o cooperativismo tem menor penetração e está menos difundido, com 1,2% da população associada, e menor variação (0,1 p.p) (Gráfico 2.11).

Gráfico 2.11 – Percentual da população associada à cooperativa de crédito



A Região Sul demonstra disseminação do cooperativismo de crédito por quase totalidade de seus municípios. A regularidade na distribuição geográfica dos cooperados na Região Sul (Figura 2.1) vai ao encontro da maior proporção de municípios dessa região nas faixas com maior percentual da população associada, que conta com 92,2% dos municípios com 10% ou mais da população associada a cooperativas de crédito. Por outro lado, em 84,1% dos municípios da Região Nordeste e em 53,8% da Região Norte, menos de 1% da população é associada (Gráfico 2.12).

Figura 2.1 – Percentual da população associada à cooperativa

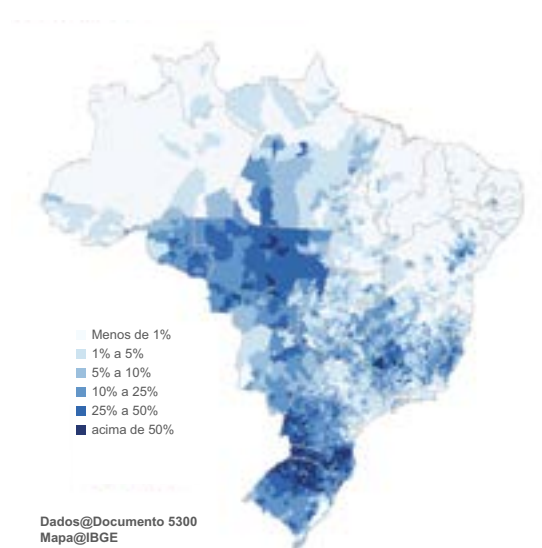
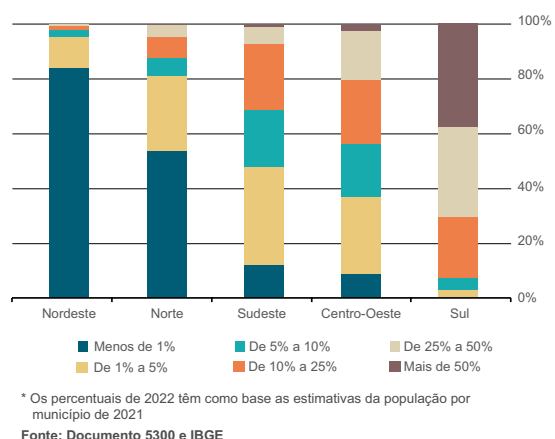


Gráfico 2.12 – Proporção de municípios por região por percentual da população associada à cooperativa – Dez/2022



15 Os percentuais referentes a 2022 consideraram a população estimada pelo IBGE para o ano de 2021.

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Os dirigentes das cooperativas de crédito possuem, além da responsabilidade de administrar a instituição, o objetivo de fazer com que ela cumpra sua principal função: prover produtos e serviços financeiros para os cooperados, com adequadas estrutura e gestão, promovendo para seus associados bem-estar e qualidade de vida.

Nesse sentido, as atuações da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem estar alinhadas aos princípios cooperativistas, aos interesses dos cooperados, às boas práticas de governança e às exigências e aos requerimentos legais e normativos incidentes sobre as cooperativas.

A regulação e a supervisão exercidas pelo Banco Central do Brasil (BC) há muito têm como objetivo fomentar o aprimoramento da gestão e da governança das cooperativas de crédito, em linha com a agenda estratégica do Banco Central do Brasil, a Agenda BC#. Este boxe demonstra como a atuação dos órgãos estatutários das cooperativas de crédito singulares evoluiu de 2020 a 2022, medida dada pelos resultados obtidos pela aplicação do processo de Auditoria Cooperativa em todas as instituições do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

A atividade de Auditoria Cooperativa foi instituída pela Resolução CMN 4.454, de 2015, e atualmente é regida pela Resolução CMN 4.887, de 2021. Por meio dessa atividade, estabeleceu-se uma linha de defesa adicional às tradicionais, de maneira a possibilitar o aumento da especialização das auditorias no segmento e a integração das atividades de acompanhamento e controle das cooperativas de crédito com as atividades de supervisão desempenhadas pelo Banco Central. Também, busca-se promover a melhoria da informação sobre a situação operacional, a higidez econômico-financeira, o gerenciamento de riscos e o ambiente de controles internos, bem como sobre os processos de gestão e a governança das cooperativas de crédito.

Todas as cooperativas, ao menos anualmente, são submetidas a exames pelas auditorias cooperativas (ACs), que são credenciadas pelo

Banco Central a realizar essa atividade. Os escopos de trabalho definidos a cada ano pelo Banco Central do Brasil são abrangentes e se subdividem em:

- i. prudenciais;
- ii. de conduta (PLD/FT e relacionamento com clientes); e
- iii. crédito rural.

No escopo prudencial, são avaliados o desempenho operacional, a situação econômico-financeira, a adequação e a aderência às políticas institucionais, a compatibilidade da formação, da capacitação e da remuneração de dirigentes com as atribuições dos cargos, o atendimento a normas legais quanto a limites operacionais e requerimentos de capital, as práticas de governança, inclusive a gestão estratégica e a gestão de riscos. No escopo de conduta e PLD, são avaliados a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e o relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços financeiros. No de crédito rural, além deste propriamente dito, é avaliado o Proagro, no âmbito do SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

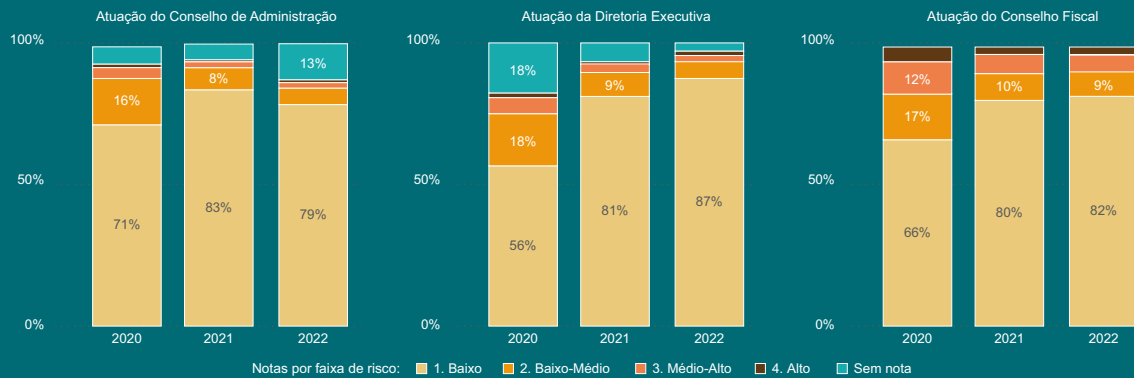
A aplicação dos escopos pelas ACs credenciadas resulta em avaliações e diagnósticos periódicos de todo o SNCC.

Apresentamos, a seguir, o resultado da avaliação específica dos quesitos do escopo prudencial relacionados à atuação dos órgãos estatutários: Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Cada quesito abrange, atualmente, 29 itens em média, avaliados de acordo com parâmetros e métricas estabelecidos pelo próprio Banco Central, com notas de 1 a 4 (quanto maior a nota, pior a avaliação). Os quesitos avaliados em 2022 relacionados aos órgãos estatutários foram cinco, sendo três específicos quanto a:

1. órgãos estatutários – formação, capacitação e remuneração compatíveis com as atribuições dos cargos;
2. atuação do Conselho de Administração;
3. atuação da Diretoria Executiva;
4. atuação de Diretor Responsável;
5. atuação do Conselho Fiscal.

Gráfico 2.13 – Evolução da atuação dos órgãos estatutários (% de notas por faixa de risco de todas as cooperativas singulares)

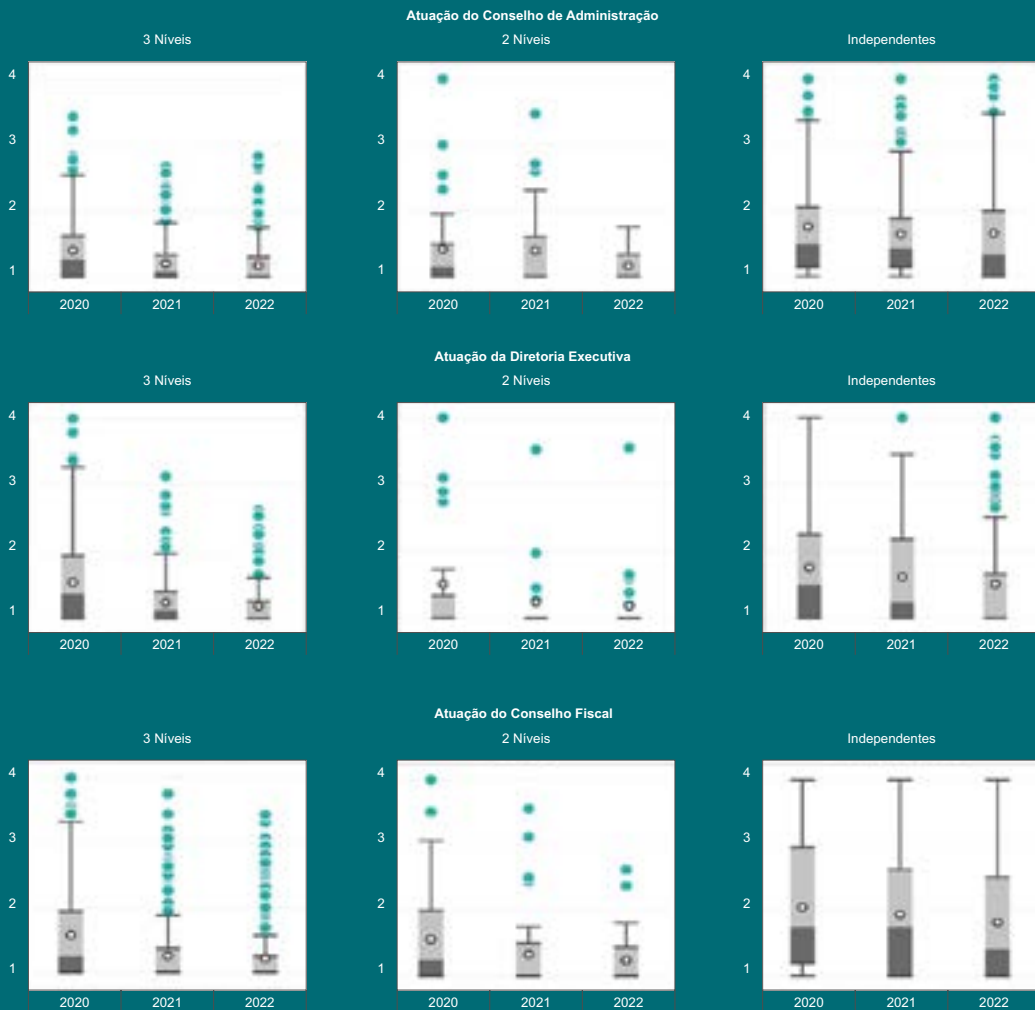


Fonte: Relatórios de Auditoria Cooperativa (RAC)

No conjunto do SNCC, observa-se, para todos os órgãos estatutários, um crescimento do percentual de notas que indicam baixo risco. Esse crescimento, entretanto, é explicado pela evolução positiva – com queda das notas médias

e diminuição da dispersão – das avaliações das cooperativas filiadas a sistemas de três e de dois níveis, como pode ser percebido nos gráficos seguintes.

Gráfico 2.14 – Evolução da atuação dos órgãos estatutários (Dispersão de notas por organização das cooperativas singulares em independentes ou em sistemas de três e dois níveis)



Fonte: Relatórios de Auditoria Cooperativa (RAC)

Não obstante a evolução na governança cooperativa no SNCC, percebida pelas avaliações sobre a atuação de seus diretores e conselheiros, há espaço para aprimoramentos, especialmente quanto a: formalização nas atas de reunião dos assuntos de sua competência, ciência e atenção aos fatores de risco identificados nas cooperativas e acompanhamento da regularização de apontamentos realizados pelas auditorias.

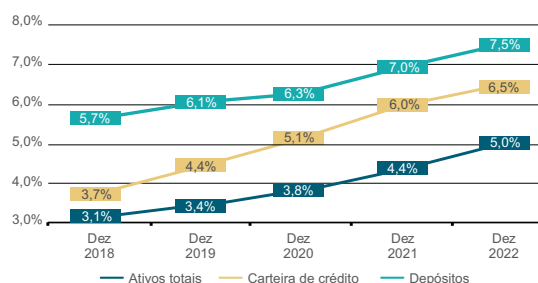
O tratamento desses pontos requer especial atenção das cooperativas singulares independentes, para as quais não se verifica tendência positiva estável, indicando maior desafio quanto ao aprimoramento da atuação de

seus diretores e conselheiros. Apesar de as médias das notas para o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva terem se reduzido em 2022 em relação aos dois anos anteriores, o que denota menor risco, elas estão em nível notadamente mais elevado (quanto maior, pior) do que o das médias das notas das cooperativas filiadas a sistemas. Adicionalmente, a nota média de atuação Conselho de Administração piorou em 2022 em relação a 2020. Para todos os órgãos estatutários das cooperativas singulares não filiadas, as notas apresentam maior grau de dispersão, com notas 4 em todos os anos, o que não aconteceu com as integrantes de sistemas cooperativos.

3 Participação do SNCC no SFN

O SNCC aumentou sua representatividade no SFN e se manteve como o segmento com maior expansão de crédito. Mesmo tendo reduzido o ritmo de crescimento da carteira de crédito em relação ao ano anterior, o SNCC aumentou sua representatividade no SFN em 2022, com maior expansão que o agregado dos demais segmentos. Também houve aumento da participação do SNCC no SFN para os ativos totais e os depósitos (Gráfico 3.1).¹⁶

Gráfico 3.1 – Ativos totais, carteira de crédito e depósitos do SNCC em relação ao SFN

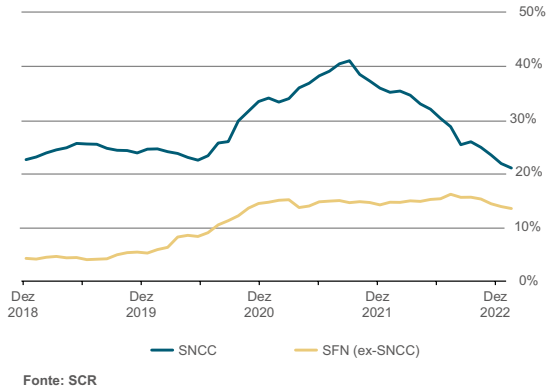


Fonte: Cosif

A carteira de crédito do SNCC manteve a trajetória de desaceleração iniciada no segundo semestre de 2021. Em um contexto de desaceleração econômica, inflação ainda elevada e piora na capacidade de pagamento dos tomadores, o ritmo de crescimento da carteira ativa do SNCC reduziu ao longo do ano, passando de 36% a.a. ao final de 2021 para 22,4% a.a. em dezembro de 2022. Apesar dessa desaceleração, o crescimento da carteira do SNCC permanece superior ao do SFN (Gráfico 3.2).

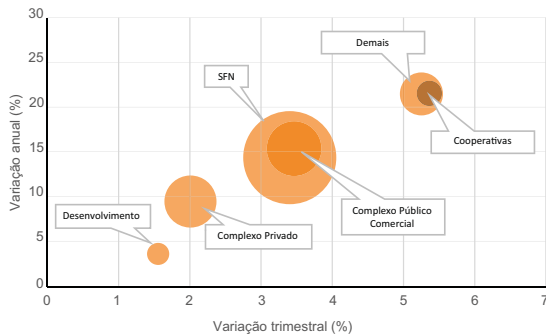
16 Os números a respeito da carteira de crédito nessa tabela consideram todas as modalidades de crédito das instituições, e diferem da métrica da Agenda BC#, que leva em conta apenas modalidades em que o cooperativismo de crédito atua de forma relevante. Em dezembro de 2022, a métrica de participação das cooperativas nas operações relevantes de concessão de crédito no SFN era de 11,61%.

Gráfico 3.2 – Crescimento anual da carteira ativa



O crescimento da carteira ativa do SNCC se manteve superior ao dos demais segmentos do SFN. Apesar de o SNCC liderar o crescimento do crédito no SFN, a evolução da carteira ativa do segmento “Demais” se aproxima tanto na variação anual quanto na trimestral (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 – Crescimento da carteira ativa
Círculo: carteira ativa em dez/2022

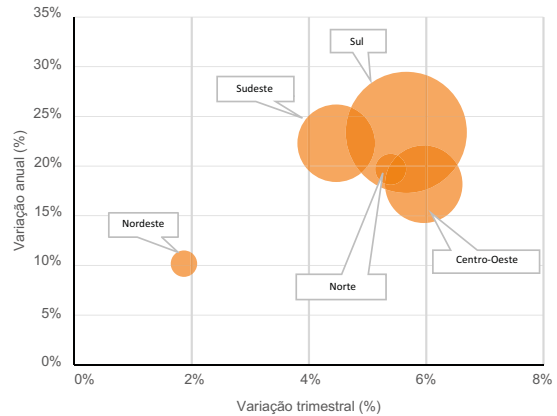


Obs.: As entidades digitais estão incluídas no segmento Demais

Fonte: SCR

A Região Sul é onde a carteira de crédito do SNCC mais cresceu em 2022. Essa região segue impulsionando o crédito do SNCC, com crescimento anual da carteira ativa de 23,4%. No último trimestre, o destaque foi a Região Centro-Oeste, que liderou o crescimento regional com 6,0% de variação (Gráfico 3.4).

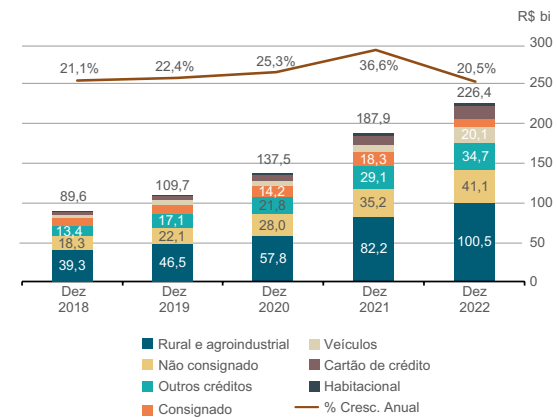
Gráfico 3.4 – Crescimento da carteira ativa por região
Círculo: carteira ativa em dez/2022



Fonte: SCR

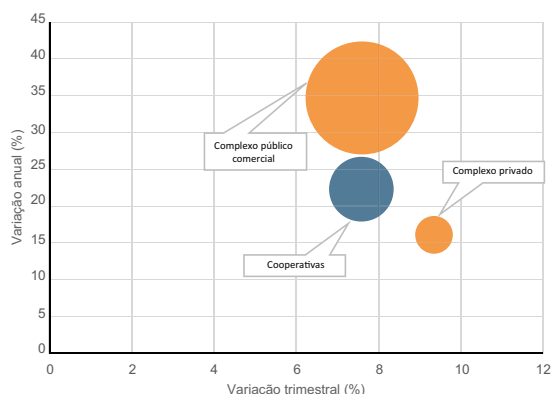
Todas as modalidades de crédito a pessoas físicas (PF) apresentaram redução no crescimento da carteira em 2022. O ritmo de expansão da carteira ativa PF desacelerou em 2022, alcançando 20,5% a.a. ao final do ano. O crédito rural e agroindustrial, que representa 44,4% da carteira, alcançou crescimento de 22,3% a.a. em dezembro de 2022, contra 42,2% no final de 2021 (Gráfico 3.5). O SNCC era o segmento que mais crescia nessa modalidade nos últimos anos, no entanto, em 2022 o segmento Complexo Público Comercial apresentou o maior crescimento anual. No último trimestre de 2022, as entidades do segmento Complexo Privado passaram a apresentar o maior crescimento trimestral nessa modalidade (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.5 – Evolução da carteira ativa pessoa física



Fonte: SCR

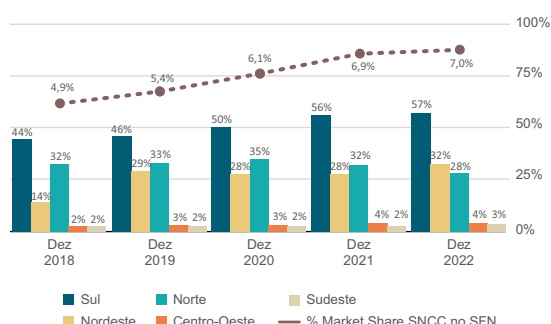
Gráfico 3.6 – Crescimento da carteira ativa – PF rural e agroindustrial



Fonte: SCR

O crescimento da participação de mercado na carteira PF arrefeceu em 2022. A participação de mercado do SNCC na carteira ativa PF aumentou de 4,9% em 2018 para 7,0% em 2022, mas o ritmo de crescimento arrefeceu no último ano. Destaca-se o Sul, onde as cooperativas passaram a ter mais de 50% de participação de mercado a partir de 2020, mostrando a relevância do SNCC nessa região. Apesar do pequeno volume de carteira ativa, na Região Nordeste houve crescimento relevante do *market share*, que passou de 14,1% em 2018 para 32,1% em 2022 (Gráfico 3.7).

Gráfico 3.7 – Participação de mercado SNCC por região Pessoa física

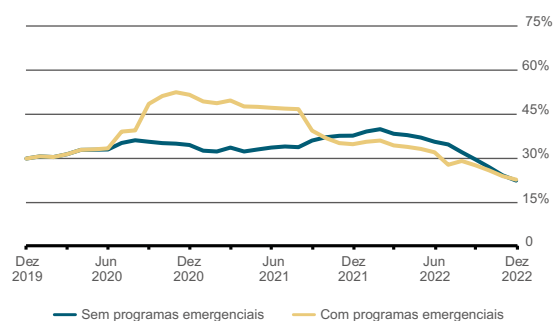


Fonte: SCR

O ritmo de crescimento da carteira de crédito a pessoas jurídicas (PJ) reduziu pelo segundo ano consecutivo. O crescimento da carteira de crédito PJ desacelerou nos últimos dois anos, encerrando 2022 com variação de 23% versus 35% em 2021. Essa queda reflete a redução das concessões realizadas no âmbito dos programas emergenciais de estímulo ao crédito, implementados para mitigar os efeitos econômicos

da pandemia da covid-19, e o menor apetite a risco das entidades nas demais modalidades, em um contexto de desaceleração econômica, inflação ainda elevada e piora na capacidade de pagamento dos tomadores (Gráfico 3.8).

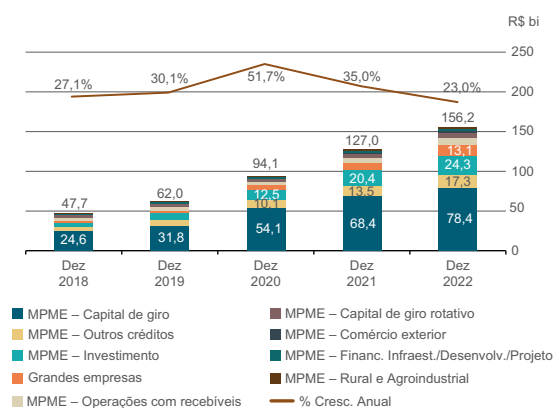
Gráfico 3.8 – Crescimento da carteira ativa pessoas jurídicas



Fonte: SCR

Capital de giro continua a representar aproximadamente metade da carteira de crédito PJ, mas outras modalidades cresceram significativamente. A principal modalidade de crédito PJ é capital de giro, que representa 50,1% da carteira ativa e cresceu 14,7% em 2022. Na carteira de micro, pequenas e médias empresas (MPME), comércio exterior e capital de giro rotativo são as modalidades que apresentaram os maiores crescimentos anuais, 60% e 40,4%, respectivamente. O crédito a grandes empresas também apresentou crescimento anual expressivo em 2022 (Gráfico 3.9).

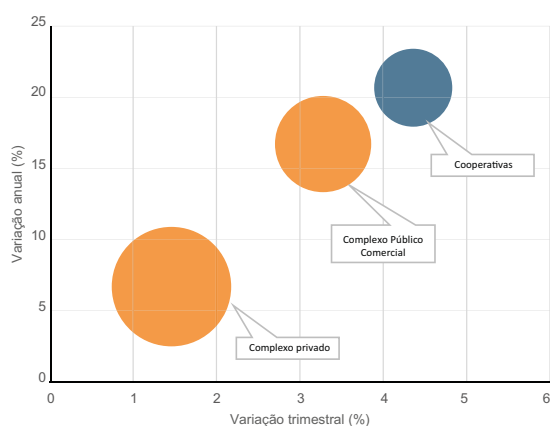
Gráfico 3.9 – Evolução da carteira ativa pessoa jurídica



Fonte: SCR

O crescimento da carteira de crédito PJ é impulsionado pelo crédito à MPME. O SNCC foi o segmento que mais cresceu no crédito a esse porte de empresa em 2022, apresentando 20,7% de aumento anual da carteira (Gráfico 3.10).

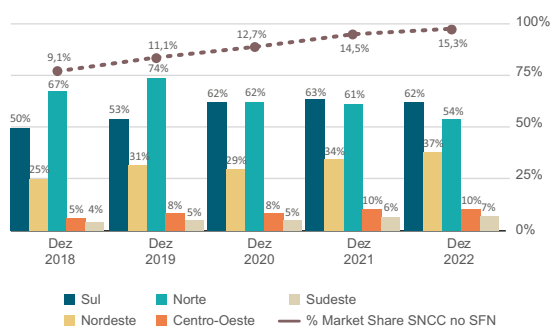
Gráfico 3.10 – Crescimento da carteira ativa – MPME
Círculo: carteira ativa em dez/2022



Fonte: SCR

O SNCC expandiu sua participação de mercado no crédito à MPME nos últimos 5 anos. O market share do SNCC na carteira de MPME aumentou de 9,1%, em 2018, para 15,3%, em 2022. Destaque também para a Região Sul, onde as cooperativas passaram a ter mais de 50% de participação de mercado a partir de 2019. Na Região Norte, houve redução do market share, passando de 67,4%, em 2018, para 53,6%, em 2022 (Gráfico 3.11).

Gráfico 3.11 – Participação de mercado SNCC por região
Pessoa jurídica MPME

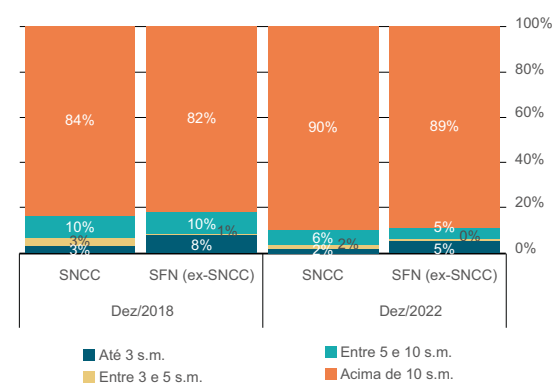


Fonte: SCR

Permanece a concentração da carteira PF em tomadores de renda mais alta. O crédito PF no SNCC concentra-se em tomadores com renda

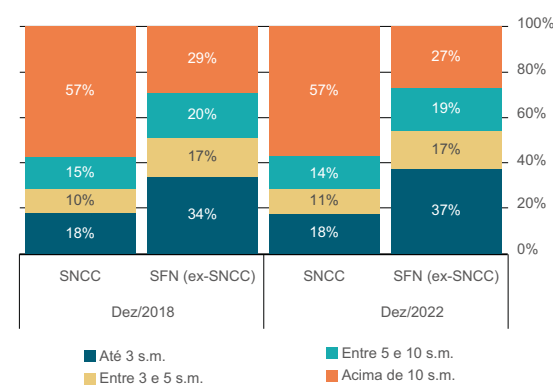
acima de 10 salários mínimos, contrastando com o restante do SFN, cuja carteira é mais distribuída entre as faixas de renda. Esse perfil da carteira é influenciado pela grande participação do crédito rural na carteira do SNCC, uma vez que agricultores possuem uma renda média maior (Gráfico 3.12). Excluindo-se os agricultores, a participação do crédito de tomadores com renda acima de 10 salários mínimos nos demais tipos de ocupação é superior ao SFN e permaneceu estável entre 2018 e 2022, com 57% na carteira (Gráfico 3.13).

Gráfico 3.12 – Carteira ativa PF por faixa de renda do tomador
Agricultor



Fonte: SCR

Gráfico 3.13 – Carteira ativa PF por faixa de renda do tomador
Excluindo ocupação Agricultor

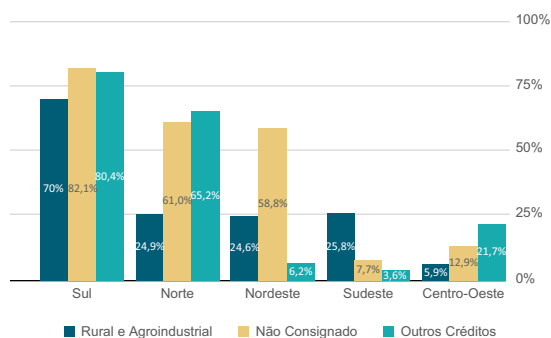


Fonte: SCR

Nas três modalidades mais relevantes de crédito PF, a participação de mercado do SNCC se destaca na Região Sul. A participação do SNCC na carteira de crédito do SFN na Região Sul é de 82,1% na modalidade crédito não consignado, de

80,4% em outros créditos e de 70% em crédito rural e agroindustrial. Destaca-se, ainda, a Região Norte, onde as modalidades de não consignado e outros créditos possuem mais de 60,0% de *market share* (Gráfico 3.14).

Gráfico 3.14 – Participação de mercado por modalidade PF e região
Dez/2022

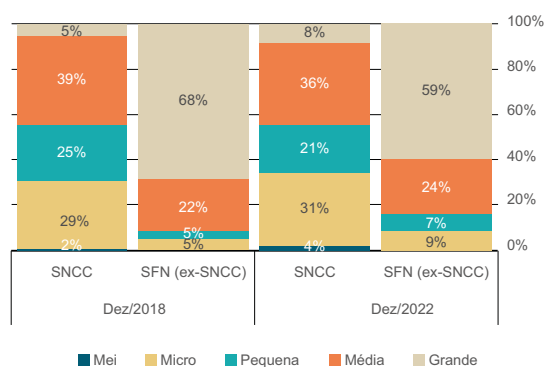


Obs.: Os agrupamentos de modalidades mencionados são construídos com base na modalidade SCR, no tipo de cliente, na natureza da operação e na origem de recursos. Outros Créditos contém modalidades que não estão incluídas nos agrupamentos Rural e Agroindustrial, Veículos, Não consignado, Cartão de crédito, Habitacional e Consignado. As principais modalidades desse agrupamento são Outros empréstimos, Aquisição de outros bens e Outros financiamentos.

Fonte: SCR

A carteira ativa PJ permanece concentrada nas MPMEs. O crédito à MPME representa 92% da carteira ativa PJ do SNCC, com pequena participação de empresas grandes, perfil que permaneceu estável nos últimos anos (Gráfico 3.15).

Gráfico 3.15 – Carteira ativa PJ por porte da empresa

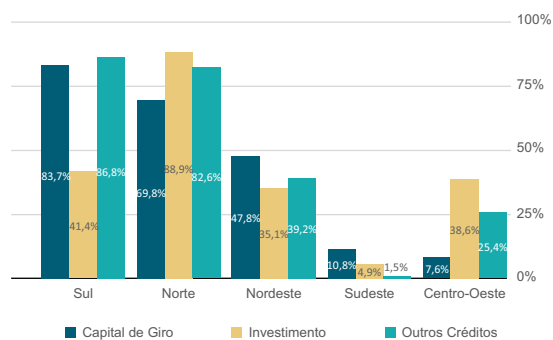


Fonte: SCR

Nas três modalidades mais relevantes de crédito à MPME, a participação de mercado se destaca nas Regiões Norte e Sul. Na Região Norte, a participação do SNCC na carteira de crédito do SFN é de 88,9% na modalidade investimento, de

82,6% na modalidade outros créditos e de 69,8% na modalidade capital de giro. A Região Sul também se destaca, onde as modalidades outros créditos e capital de giro possuem mais de 80,0% de *market share* (Gráfico 3.16).

Gráfico 3.16 – Participação de mercado por modalidade PJ e região
Dez/2022



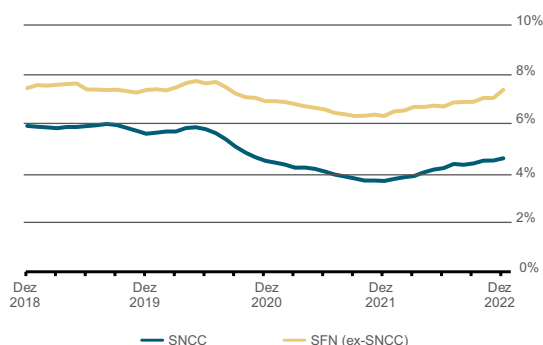
Obs.: Os agrupamentos de modalidades mencionados são construídos com base na modalidade SCR, no tipo de cliente, na natureza da operação e na origem de recursos. Outros Créditos contém modalidades que não estão incluídas nos agrupamentos Capital de Giro, Capital de Giro Rotativo, Comércio Exterior, Investimento, Financiamento e Rural. As principais modalidades desse agrupamento são Outros empréstimos, Cartão de crédito – compra à vista e parcelado loja e Financiamento rural – comercialização.

Fonte: SCR

A participação de ativos problemáticos na carteira ativa cresceu em 2022, revertendo a trajetória de queda iniciada em 2020. Após queda no ano de 2021, a participação dos ativos problemáticos¹⁷ na carteira ativa do SNCC iniciou uma trajetória de crescimento em 2022, atingindo 4,6% da carteira ao final do ano (Gráfico 3.17). Esse comportamento dos ativos problemáticos no SNCC é similar ao observado no SFN. Apesar do crescimento, o nível de ativos problemáticos ainda é menor do que o observado no período pré-pandemia.

¹⁷ São considerados ativos problemáticos as operações de créditos (i) em atraso no pagamento de principal ou encargos há mais de 90 dias, (ii) que foram reestruturadas e estejam em período de cura, ou (iii) classificadas pelas instituições financeiras entre os níveis de risco “E” e “H” da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

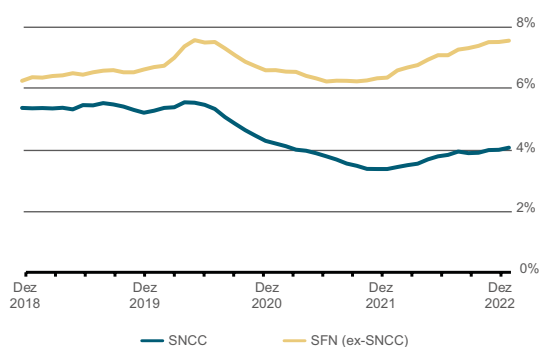
Gráfico 3.17 – Ativos problemáticos



Fonte: SCR

A participação dos ativos problemáticos na carteira PF aumentou no SNCC, mas em proporção menor que no SFN. A participação dos ativos problemáticos na carteira ativa PF aumentou no último ano, saindo de 3,4%, em dezembro de 2021, para 4,1%, em dezembro de 2022. A maior materialização de risco também ocorreu na carteira PF do SFN, porém de forma mais acentuada, partindo de 6,4%, em 2021, para 7,6%, em 2022. Os níveis mais baixos de ativo problemático na carteira do SNCC estão associados ao perfil do tomador e à composição da carteira, concentrado nas rendas mais altas e nas modalidades de menor risco (Gráficos 3.12, 3.13 e 3.18).

Gráfico 3.18 – Ativos problemáticos
Pessoa física

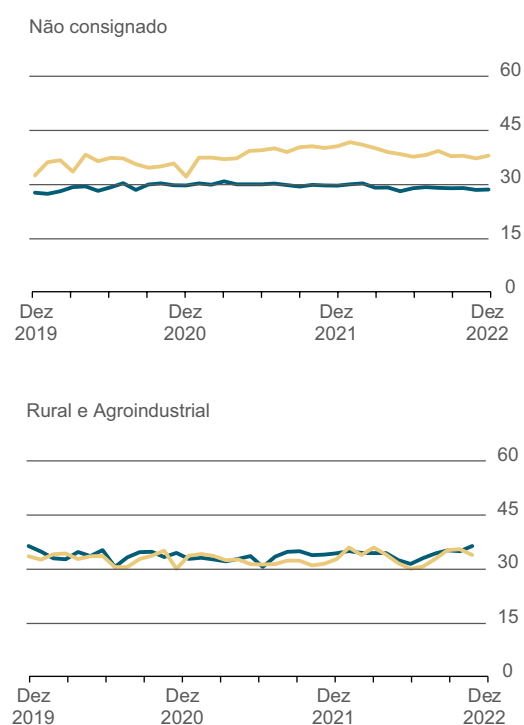


Fonte: SCR

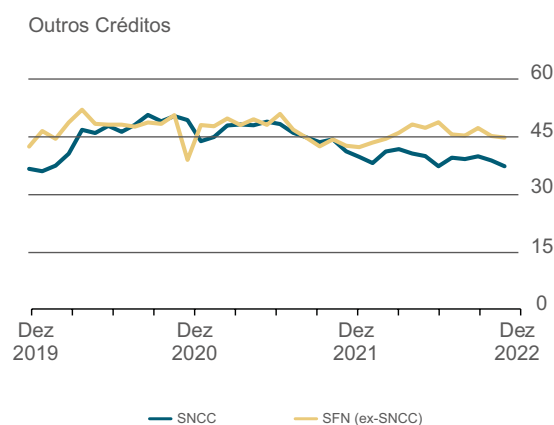
O apetite a risco do SNCC nas principais modalidades de crédito PF permanece estável.

Medido pelo score de contratação,¹⁸ o apetite ao risco das entidades do SNCC na modalidade crédito não consignado permanece estável e inferior ao SFN, indicando um perfil de menor risco nas contratações. Na modalidade crédito rural e agroindustrial, o apetite a risco segue estável e em níveis próximos ao do SFN. Na modalidade outros créditos, o apetite ao risco apresentou redução em 2021 e se manteve inferior ao do SFN em 2022 (Gráfico 3.19).

Gráfico 3.19 – Score de contratação
PF



18 O score de contratação é uma medida que quantifica o risco de crédito das operações contratadas pelas ES em cada data-base se tornarem ativos problemáticos nos 12 meses subsequentes. O score é estimado por um modelo estatístico proprietário do BC, que considera variáveis do tomador e da operação. Quanto mais alto o score, maior o risco da operação.

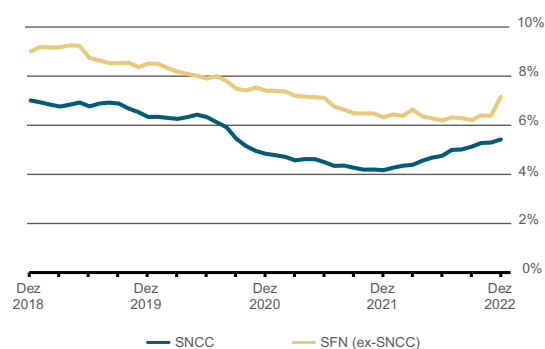


Fonte: SCR | Metodologia Própria

A participação dos ativos problemáticos na carteira PJ aumentou no SNCC, enquanto no SFN permaneceu estável na maior parte do ano. A materialização de risco na carteira ativa PJ aumentou no SNCC, com a participação dos ativos problemáticos crescendo de 4,2%, em 2021, para 5,4%, em 2022. O aumento do risco na carteira do SNCC está associado à concentração dos créditos nas MPMEs, que são mais suscetíveis a oscilações da atividade econômica (Gráfico 3.20)¹⁹.

Gráfico 3.20 – Ativos problemáticos

Pessoa jurídica



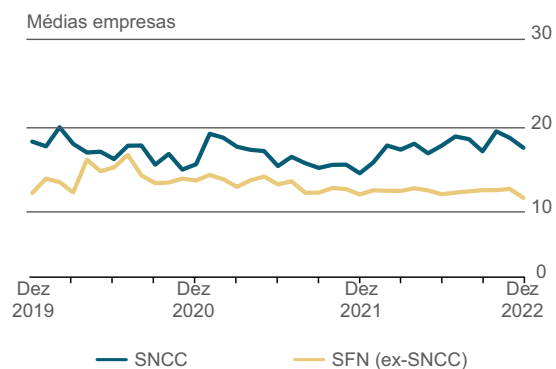
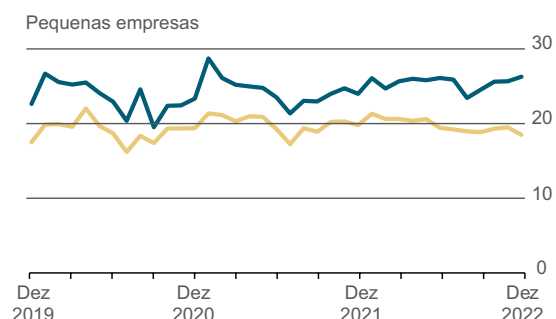
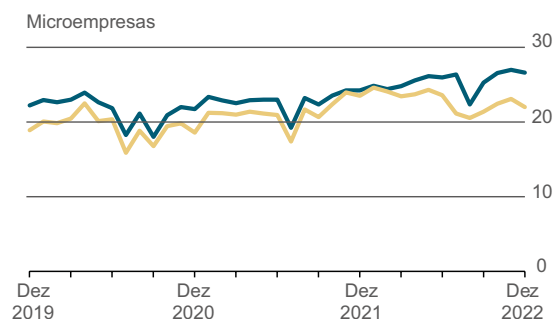
Fonte: SCR

O apetite a risco do SNCC na contratação com PJ permanece superior ao do SFN. O apetite ao risco do SNCC no crédito para MPME é maior que o do SFN em todos os portes de empresa, indicando um perfil de contratação mais arriscado.

¹⁹ O aumento dos ativos problemáticos na carteira de pessoas jurídicas no SFN em dezembro de 2022 se deveu principalmente a um evento pontual com uma empresa de grande porte.

O score de contratação das microempresas mostra um aumento do apetite a risco do SNCC ao longo de 2022 (Gráfico 3.21).

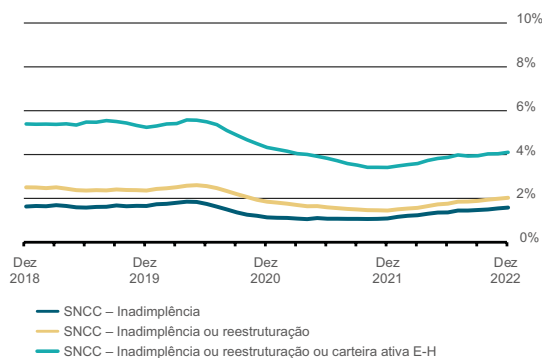
Gráfico 3.21 – Score de contratação PJ



Fonte: SCR | Metodologia Própria

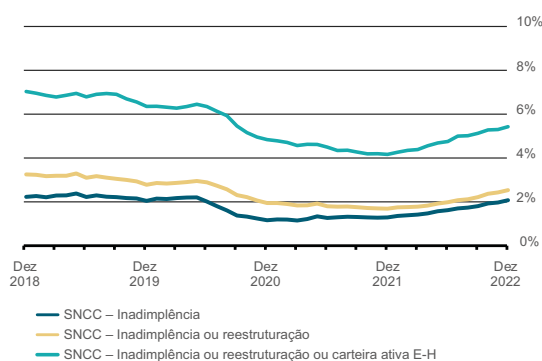
A inadimplência das carteiras PF e PJ aumentou em 2022. O aumento dos ativos problemáticos da carteira PF em 2022 se concentrou no componente inadimplência (Gráfico 3.22). Na carteira PJ, a inadimplência também explica o aumento dos ativos problemáticos e, em menor proporção, as operações classificadas entre “E” e “H” (Gráfico 3.23).

Gráfico 3.22 – Ativos problemáticos – Componentes
Pessoa física



Fonte: SCR

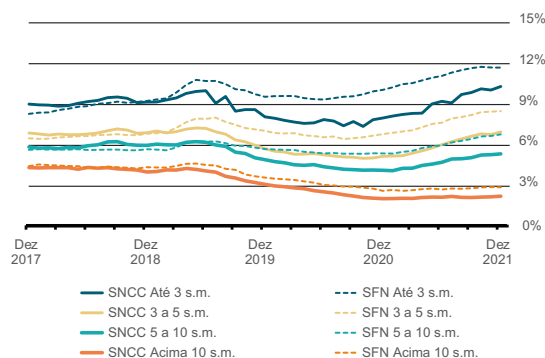
Gráfico 3.23 – Ativos problemáticos – Componentes
Pessoa jurídica



Fonte: SCR

O aumento dos ativos problemáticos na carteira PF ocorreu em todas as faixas de renda, com maior intensidade nas rendas mais baixas. Todas as faixas de renda dos tomadores apresentaram aumento dos ativos problemáticos, mas o crescimento foi maior nos segmentos de menor renda (Gráfico 3.24). Como a carteira de crédito do SNCC é mais concentrada nas faixas de maior renda, o aumento de ativos problemáticos na carteira PF do SNCC foi menor que no SFN. A participação dos ativos problemáticos na carteira PF do SNCC permanece menor que no SFN em todas as faixas de renda (Gráfico 3.24).

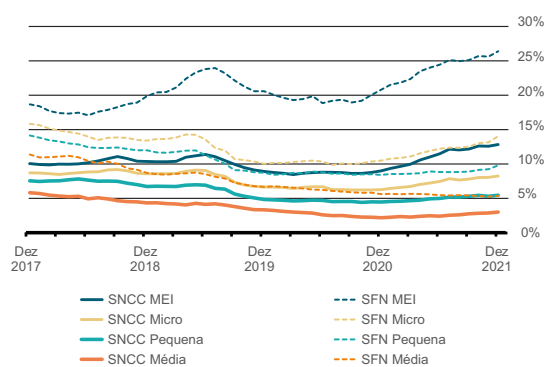
Gráfico 3.24 – Ativos problemáticos
Por faixa de renda – Pessoa física



Fonte: SCR

O aumento dos ativos problemáticos na carteira PJ concentra-se nas operações com microempreendedores individuais (MEI) e microempresas. A participação dos ativos problemáticos na carteira PJ do SNCC aumentou de 4,2%, em 2021, para 5,4%, em 2022. Todos os portes de empresa apresentaram esse comportamento, mas o aumento ocorreu com maior intensidade nas MEI e microempresas. Como a carteira do SNCC é concentrada em MPME, o nível de ativos problemáticos se aproximou do SFN ao longo do ano (Gráficos 3.15 e 3.25).

Gráfico 3.25 – Ativos problemáticos
Por porte – Pessoa jurídica

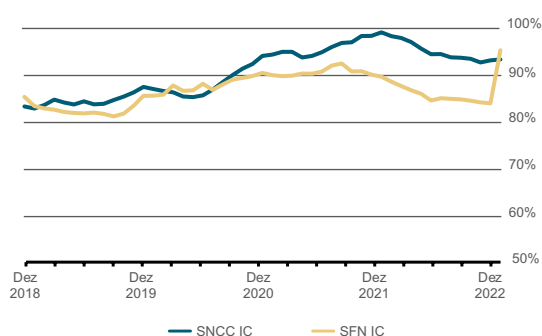


Fonte: SCR

O provisionamento para ativos problemáticos seguiu trajetória descendente em 2022. A relação entre as provisões para perdas em crédito e os ativos problemáticos reduziu em 2022, mas se manteve acima de 90%, nível superior ao registrado pelas demais entidades do

SFN até novembro²⁰ (Gráfico 3.26). A trajetória descendente do provisionamento para ativos problemáticos, tanto no SNCC quanto no SFN, sinaliza tendência de retorno do índice de cobertura de ativos problemáticos aos níveis anteriores aos da pandemia e reflete o aumento do risco materializado nas carteiras de crédito, pois todo o saldo devedor das operações de crédito que se tornaram ativo problemático é adicionado ao denominador do índice, contribuindo para sua redução.

Gráfico 3.26 – Cobertura de ativos problemáticos por provisão



Fonte: SCR

20 O aumento do índice de cobertura de ativos problemáticos no SFN em dezembro de 2022 se deveu principalmente a um evento pontual com uma empresa de grande porte.

As provisões para risco de crédito permanecem suficientes para suportar as perdas esperadas. O nível de provisões para perdas de crédito cresceu levemente no último ano, de 3,7% da carteira, em dezembro de 2021, para 4,3%, em 2022. Considerando estimativas de perda esperada para a carteira de crédito feitas pelo BC com base em modelos de probabilidade de *default* (PD) e de perda dado o *default* (LGD), o provisionamento mantém-se adequado, apresentando um índice de cobertura total de 1,13 (Tabela 3.1). Em dezembro de 2021, esse mesmo índice era 1,02.

Tabela 3.1 – Perda Esperada e Provisão

Dez/2022	Perda esperada	Provisão	Cobertura
SNCC	3,8%	4,3%	1,13

PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO TOTAL TOMADO PELOS COOPERADOS NO SNCC²¹

Apesar do crescimento robusto da carteira ativa do SNCC nos últimos anos, os cooperados ainda contratam volume relevante de crédito nas demais entidades do SFN. O crédito total dos cooperados é dividido em 6,6% de associados que tomam recursos exclusivamente no SNCC e 23,9% exclusivamente nas demais entidades do SFN. O restante do crédito (69,5%) refere-se a

cooperados que tomaram recursos tanto no SFN quanto no SNCC, sendo que 21,4% foi contratado no SNCC e 48,1% no SFN (gráfico 3.27). Esses números sinalizam que existe grande potencial de crescimento para o segmento de cooperativas na própria base de clientes.

A proporção do crédito total tomado pelos cooperados PF (48,9% comum SFN e 25,3% exclusivo SFN) no SFN é maior do que a de PJ (46,6% comum SFN e 21,0% exclusivo SFN), mostrando que o potencial de crescimento das cooperativas é maior no primeiro tipo de tomador.

Nos cooperados PF, as três principais modalidades tomadas fora do sistema de

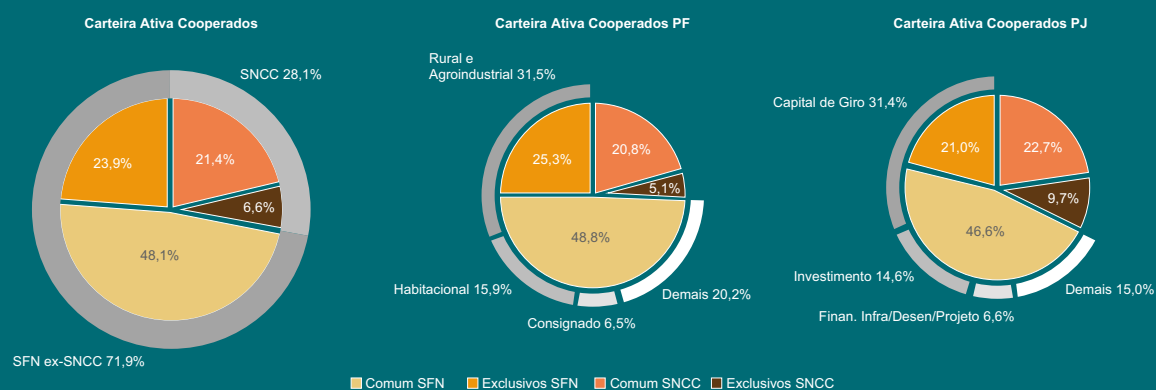
21 O escopo deste box é o mesmo do indicador da Agenda BC# "Aumento da participação no crédito tomado pelos cooperados no SNCC" e, portanto, exclui as operações das modalidades financiamento à exportação e financiamento à importação, bem como as operações tomadas por pessoa jurídica de grande porte, consideradas aquelas com responsabilidade total no SFN superior a R\$100 milhões.

cooperativas são rural e agroindustrial (31,5%), habitacional (15,9%) e crédito consignado (6,5%). Nota-se, ainda, que um pequeno grupo de cooperados acessa exclusivamente o SNCC (5,1%).

Nos cooperados PJ, as três principais modalidades tomadas fora do sistema de cooperativas são capital de giro (31,4%), investimentos com recursos livres (14,6%) e financiamento de infraestrutura, desenvolvimento e projetos com recursos direcionados (6,6%). Percebe-se, também, que um pequeno grupo de cooperados acessa exclusivamente o SNCC (9,7%).

Quanto ao número de cooperados, 25,4% (3,9 milhões) não tomam crédito, 29,6% (4,6 milhões) acessam exclusivamente as demais entidades do SFN, 30,2% (4,7 milhões) acessam tanto o SNCC quanto as demais entidades do SFN e 14,9% (2,3 milhões) acessam exclusivamente o SNCC.

Gráfico 3.27 – Carteira Ativa Cooperados SNCC



Considerando essa análise do crédito tomado pelo cooperado no SNCC e no restante do SFN, as modalidades de crédito PF com maior potencial de crescimento no SNCC são habitacional, veículos e cartão de crédito. As modalidades em que os cooperados tomam crédito majoritariamente nas demais entidades do SFN são habitacional (97,3%), veículos (80,4%) e cartão de crédito (76,2%) (Gráfico 3.28). Destaca-se que, mesmo na modalidade crédito rural e agroindustrial, que representa a maior parte da carteira ativa PF do SNCC, os cooperados mantêm 73,2% do crédito tomado nas demais entidades do SFN.

Gráfico 3.28 – Carteira Ativa Cooperados PF por Modalidade SNCC

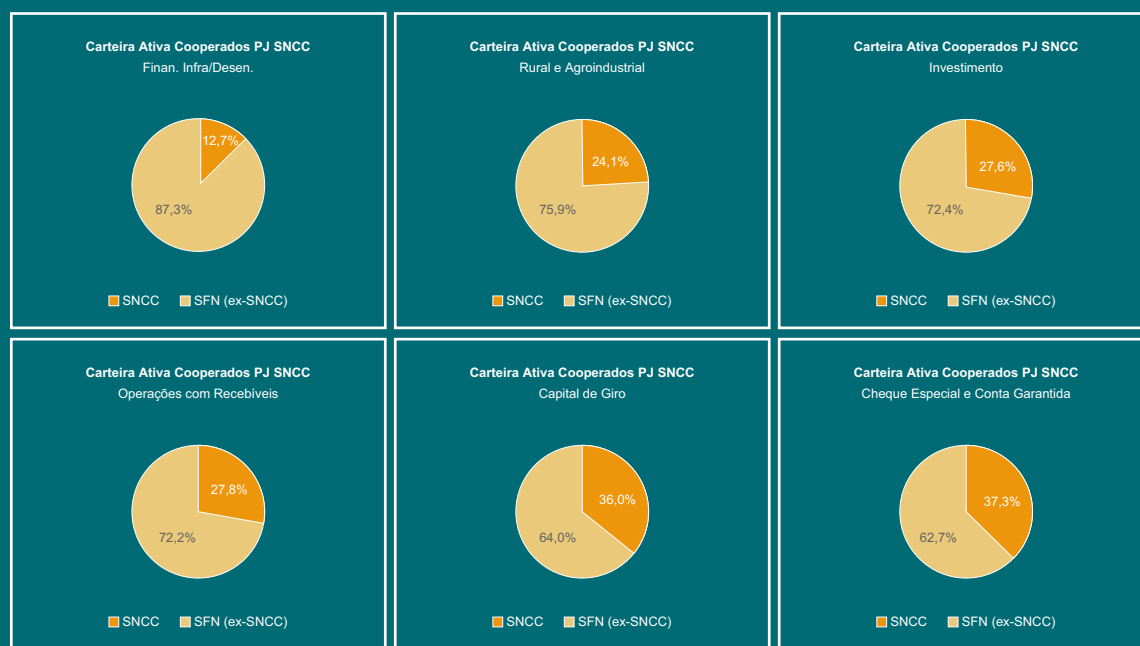


Fonte: SCR e Documento 5300

No caso do crédito PJ, as modalidades com maior potencial de crescimento no SNCC são financiamento de infraestrutura, desenvolvimento e projetos, crédito rural e agroindustrial e investimentos. As modalidades em que os cooperados tomam crédito majoritariamente nas demais entidades do SFN são financiamento de infraestrutura, desenvolvimento e projetos com recursos direcionados (87,3%), crédito rural e agroindustrial (75,9%) e investimentos com recursos livres (72,4%) (Gráfico 3.29). Destaca-se na modalidade capital de giro, que representa a maior parte da carteira ativa PJ no SNCC, que os cooperados mantêm 64,0% do crédito tomado fora do SNCC.

Conclui-se que as cooperativas têm um potencial de crescimento tanto nos cooperados que já tomam crédito no SNCC, mas ainda tomam recursos no SFN, quanto nos cooperados que tomam crédito exclusivamente no SFN. Em relação às modalidades, ainda há espaço para crescimento mesmo naquelas onde o SNCC possui grande participação, como empréstimos com consignação e crédito rural e agroindustrial na carteira PF e capital de giro e crédito rural e agroindustrial na carteira PJ.

Gráfico 3.29 – Carteira Ativa Cooperados PJ por Modalidade SNCC



Fonte: SCR e Documento 5300

4 Principais Dados Econômico-Financeiros

4.1 Ativos (SNCC)

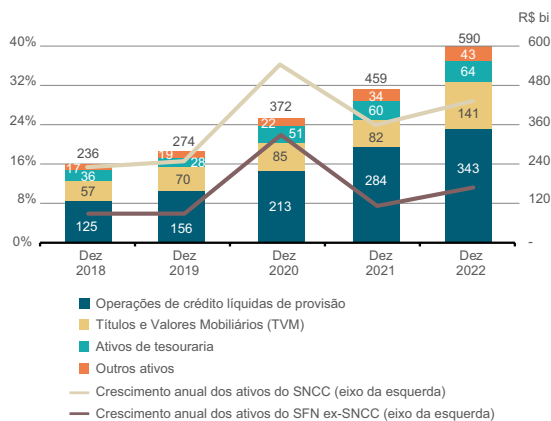
A expansão do crédito reduziu o ritmo, mas os ativos do SNCC permaneceram crescendo acima do restante do SFN. O crédito reduziu o ritmo de expansão, diante do cenário de crédito mais restritivo, enquanto os TVM apresentaram crescimento expressivo, impulsionados pela alta da taxa Selic. A participação do TVM no total de ativos do segmento aumentou e contribuiu para o aumento da liquidez do SNCC. Os ativos do SNCC ainda se concentram em relativamente

poucas cooperativas de crédito singulares, que possuem papel relevante na expansão do sistema.

Os ativos do SNCC, assim como em anos anteriores, cresceram bem acima do observado no

SFN. Os ativos totais do SNCC²² atingiram o valor de R\$590,1 bilhões em dezembro de 2022, com crescimento anual de 28,6%, portanto acima do ano anterior (+23,4%), bem superior ao observado no SFN (exceto SNCC), cuja elevação foi de 11,0% no ano (Gráfico 4.1.1). O cooperativismo de crédito acumulou, nos últimos cinco anos, um aumento de 188% nos ativos, enquanto a expansão conjunta dos demais segmentos do SFN foi de 62% no mesmo período (Gráfico 4.1.2). As operações de crédito, ativos mais relevantes do SNCC, apresentaram crescimento mais contido no ano (20,6%), enquanto os TVM cresceram 73,2%. Porém, nos últimos cinco anos para o SNCC, a expansão do crédito foi mais relevante do que dos ativos totais (238%).

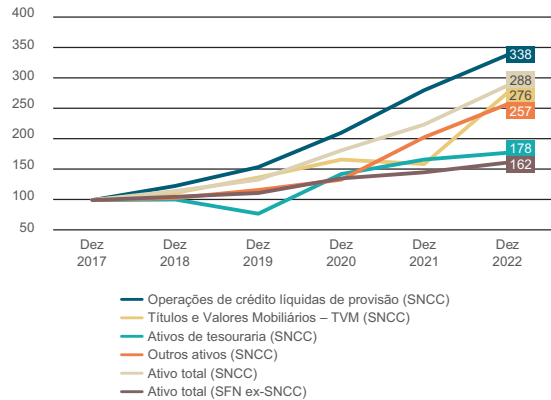
Gráfico 4.1.1 – Ativos do SNCC



Fonte: Cosif

Gráfico 4.1.2 – Evolução dos Ativos do SNCC

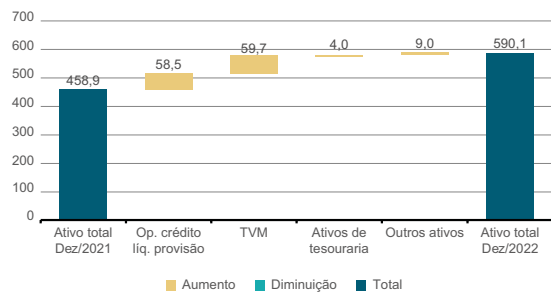
Base dez/2017 = 100



Fonte: Cosif

Em cenário de crédito mais restritivo, o crédito perde participação nos ativos do SNCC, mas ainda se destaca como principal componente. Apesar de o crédito do SNCC ainda ter apresentado aumento relevante em 2022 (+20,6%), sua participação nos ativos do SNCC reduziu para 58,1% do ativo total (61,9% em 2021). Em contrapartida, os TVM aumentaram sua participação para 23,9% dos ativos do SNCC (17,8% em 2021) (Gráficos 4.1.3, 4.1.4 e 4.1.5). A adaptação no perfil de ativos se justifica por aspectos mais conjunturais de restrições do cenário de crédito do SFN de forma geral, sem enfraquecimento do foco do SNCC no atendimento às demandas por crédito dos seus associados.

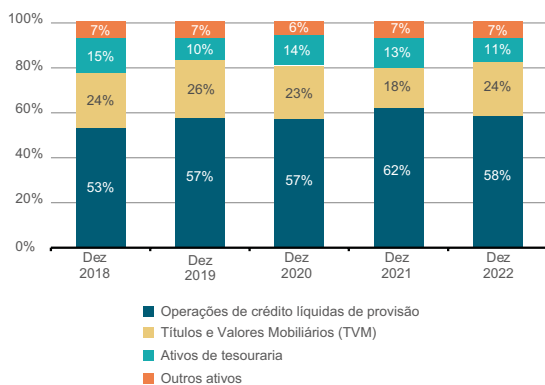
Gráfico 4.1.3 – Evolução dos ativos do SNCC no ano



Fonte: Cosif

22 Os ativos totais do SNCC foram calculados com base nos balancetes combinados dos bancos cooperativos, das confederações de crédito e das centrais dos sistemas de dois níveis, além dos balancetes individuais das singulares independentes. Nos balancetes combinados, as operações realizadas entre instituições do mesmo sistema cooperativista são eliminadas, o que permite a visão do segmento considerando apenas as transações realizadas com terceiros.

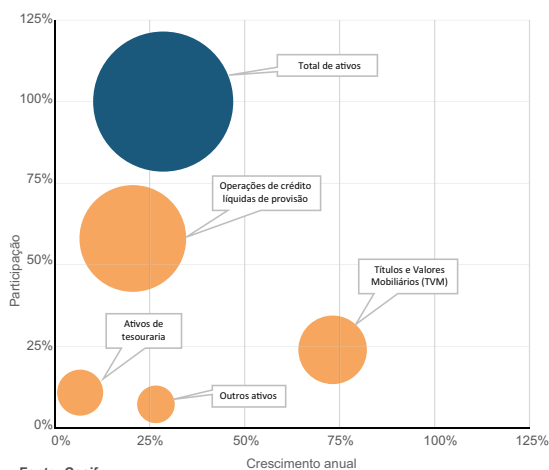
Gráfico 4.1.4 – Composição dos ativos do SNCC



Fonte: Cosif

Gráfico 4.1.5 – Ativos do SNCC: crescimento anual e participação

Círculo: estoque em dezembro de 2022

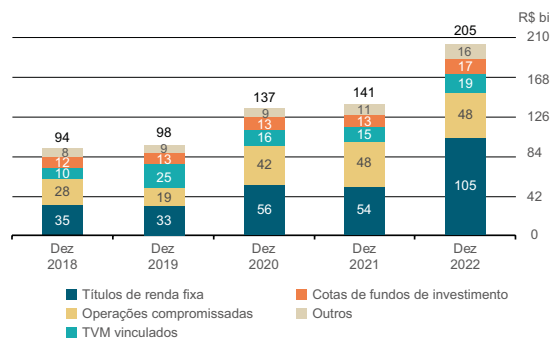


Fonte: Cosif

O crescimento dos ativos com maior liquidez do SNCC foi impulsionado pela carteira de títulos de renda fixa. Diante da desaceleração no ritmo de expansão do crédito, a liquidez do SNCC foi beneficiada com aumento de 45,1% dos recursos líquidos (Gráfico 4.1.6). Com o relevante aumento dos títulos de renda fixa (+96,6%) no ano, esses passaram a representar a maior parte da liquidez do segmento. O SNCC aloca a liquidez por meio da centralização financeira²³ (52%) ou

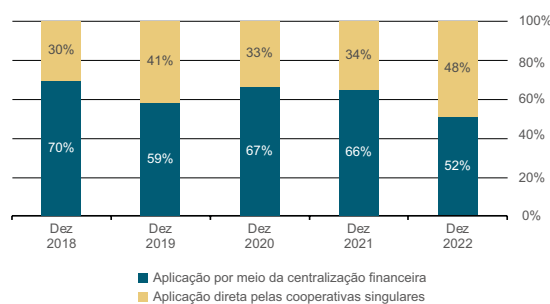
diretamente pelas singulares (48%). Em 2022, ocorreu alteração significativa nessa proporção, pois, apesar de ter aumentado em 15% o volume de recursos da centralização financeira, as aplicações feitas diretamente pelas singulares tiveram um incremento de 104% (Gráfico 4.1.7).

Gráfico 4.1.6 – Recursos de liquidez do SNCC



Fonte: Cosif

Gráfico 4.1.7 – Aplicação dos recursos de liquidez do SNCC

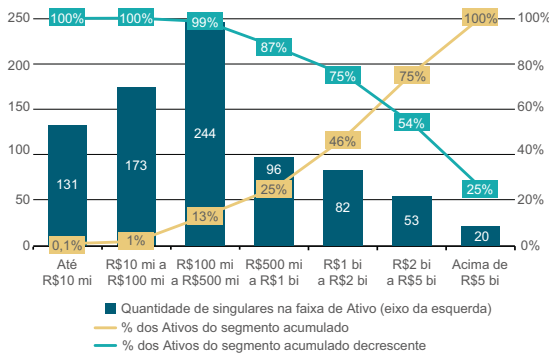


Fonte: Cosif

Os ativos do SNCC se concentram em relativamente poucas cooperativas de crédito singulares. Em dezembro de 2022, 548 cooperativas de crédito singulares (69%) possuíam individualmente ativos inferiores a R\$500 milhões e detinham apenas 12,8% dos ativos totais do segmento. Por outro lado, 155 singulares (19%) possuíam ativos superiores a R\$1 bilhão e detinham 75,1% dos ativos (Gráfico 4.1.8).

23 Centralização financeira ou aplicação centralizada de recursos corresponde à aplicação dos recursos disponíveis das singulares por meio dos próprios sistemas cooperativos, incluindo as cooperativas centrais, as confederações de crédito e/ou os bancos cooperativos, tendo como efeitos positivos a maximização da rentabilidade e a melhor distribuição e alocação dos recursos dentro do próprio segmento.

Gráfico 4.1.8 – Ativos das cooperativas singulares por faixa de valor



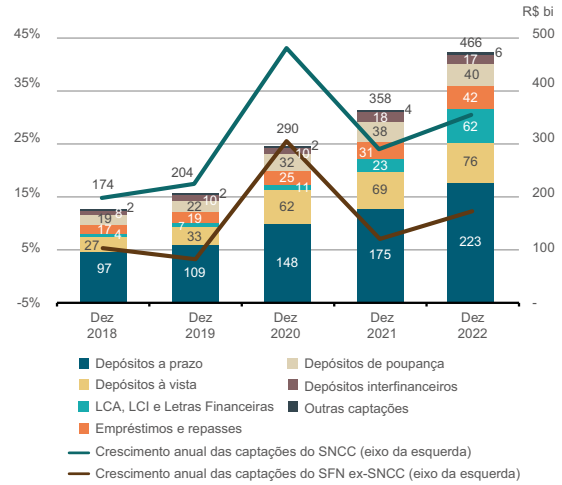
Fonte: Cosif

4.2 Captações (SNCC)

As captações do SNCC mantiveram crescimento maior que o restante do SFN, reforçando a tendência de aumento de participação do segmento. Em termos absolutos, o maior crescimento continuou sendo da carteira de depósitos a prazo, principal modalidade de captação. Em termos relativos, destaque para a evolução das Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra Financeira (LF). O crescimento dos recursos captados de municípios também foi relevante. Os depósitos à vista e os depósitos de poupança apresentaram crescimento mais modesto.

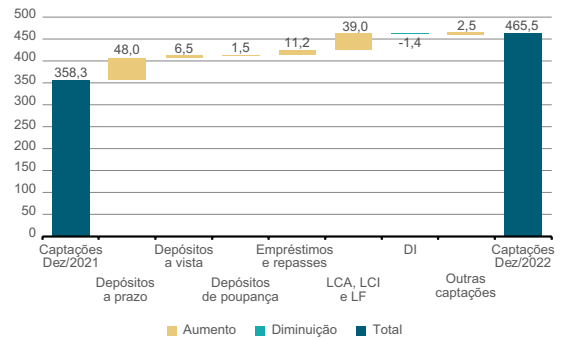
Assim como os ativos, o estoque de captações do SNCC cresceu acima do observado no SFN em 2022. O estoque de captações do SNCC aumentou 29,9% no ano, totalizando R\$465,5 bilhões em dezembro de 2022 (Gráfico 4.2.1), enquanto, no SFN (exceto SNCC), o crescimento foi de 12,0%. Os instrumentos de captação mais representativos são os depósitos a prazo, os depósitos à vista e as letras (LCA, LCI e LF). Esses instrumentos apresentaram crescimento anual de 27,4%, 9,5% e 167,2%, respectivamente. A elevação da taxa Selic incentivou a demanda pelos instrumentos mais compatíveis com a evolução da taxa básica de juros, favorecendo o crescimento dos depósitos a prazo e das letras, quando comparados com o dos depósitos à vista e a poupança (Gráfico 4.2.2). Assim como os ativos do SNCC, o aumento das captações em cinco anos (206,7%) foi substancialmente mais relevante do que o dos demais segmentos do SFN (63,0%) no mesmo período (Gráfico 4.2.3).

Gráfico 4.2.1 – Captações do SNCC



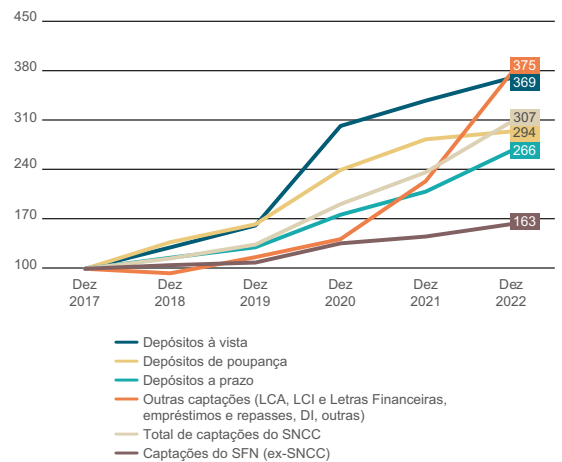
Fonte: Cosif

Gráfico 4.2.2 – Evolução dos instrumentos de captação do SNCC no ano



Fonte: Cosif

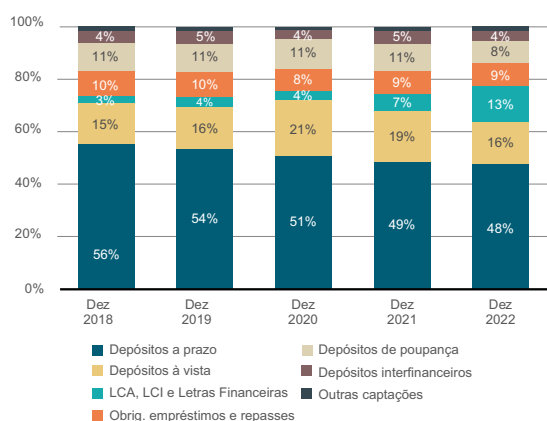
Gráfico 4.2.3 – Evolução das captações do SNCC
Base dez/2017 = 100



Fonte: Cosif

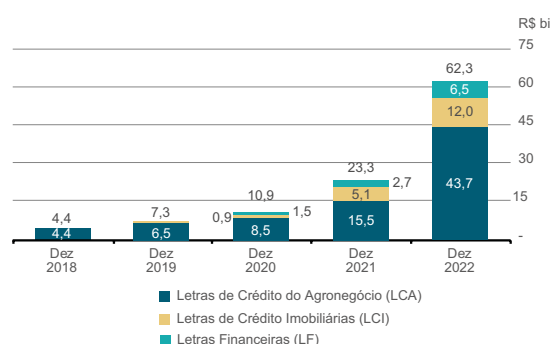
A significativa alteração na composição das captações do SNCC resultou numa maior diversificação de instrumentos. O depósito a prazo continua sendo o instrumento de captação mais representativo do SNCC (48,0% do estoque total de captações em dezembro de 2022), seguido do depósito à vista (16,3%) e das letras (LCA, LCI e LF) (13,4%). O depósito de poupança e o depósito à vista perderam espaço para instrumentos que proporcionam rentabilidade em linha com a Selic. Nesse contexto, as letras (LCA, LCI e LF) expandiram 167,2% no ano (Gráfico 4.2.4), impulsionadas sobretudo pelas LCAs (+181,4%), que representam a maior parcela desse grupo e que têm como vínculos direitos creditórios relacionados às carteiras de crédito rural e agroindustrial, principal modalidade de crédito do SNCC (Gráfico 4.2.5).

Gráfico 4.2.4 – Composição das captações do SNCC



Fonte: Cosif

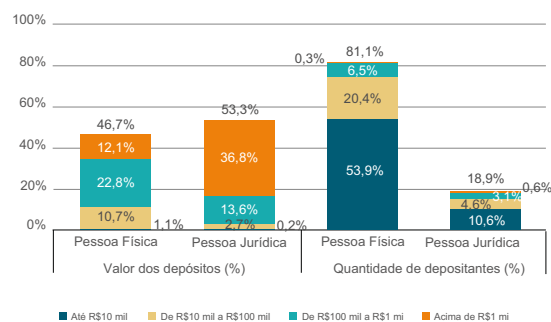
Gráfico 4.2.5 – Estoque de LCA, LCI e LF no SNCC



Fonte: Cosif

Ao longo de 2022, a maioria dos depósitos a prazo das cooperativas de crédito singulares passaram a ser de pessoas jurídicas. As PJs correspondem a 18,9% dos depositantes e já são responsáveis por mais da metade do saldo de depósitos a prazo. Em dezembro de 2022, 10,5% dos depositantes de depósitos a prazo nas cooperativas de crédito singulares (8,4% do total de depositantes PFs e 19,6% do total de depositantes PJs) possuíam saldo acima de R\$100 mil e detinham 85,3% do total do estoque desse instrumento (74,7% do total de depósitos de PFs e 94,6% do total de depósitos de PJs) (Gráfico 4.2.6). Não se observou alteração significativa dessa concentração em relação ao ano anterior.²⁴

Gráfico 4.2.6 – Proporção dos depósitos a prazo das cooperativas singulares por tipo de depositante e faixa de valor



Fonte: Centrais de custódia

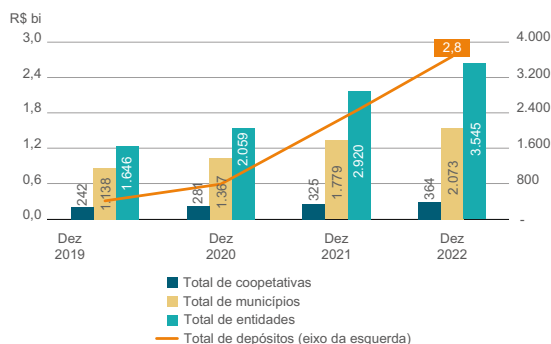
Os recursos captados de municípios também apresentaram aumento relevante de estoque no ano. O estoque de recursos captados de municípios²⁵ pelas cooperativas de crédito atingiu R\$2,8 bilhões em dezembro de 2022 (Gráfico 4.2.7), incremento de 68,2% em relação ao ano anterior, mas ainda corresponde a somente 0,9% do total de depósitos à vista e a prazo do SNCC. No final de 2022, 364 cooperativas de crédito declararam ter relacionamento com municípios, órgãos, entidades ou empresas ligadas, totalizando 3.545 relacionamentos. Tais entes estão localizados em 2.073 municípios diferentes (crescimento de

24 No final de 2021, por volta de 10% dos depositantes de depósitos a prazo tinham saldo acima de R\$100 mil e detinham aproximadamente 83% do estoque.

25 Incluídos seus órgãos ou entidades e empresas por eles controladas. Permissão concedida pela Lei Complementar 161, de 4 de janeiro de 2018.

16,5% no ano), sendo 88% com menos de 50 mil habitantes.

Gráfico 4.2.7 – Relacionamentos das cooperativas de crédito com municípios



Obs.: inclui municípios, seus órgãos ou entidades e as empresas por eles controladas

Fonte: Documeto 5300 e Cosif

A poupança cresceu de forma modesta no ano, sendo o estoque mais relevante composto por recursos repassados pelos bancos cooperativos. O estoque de poupança rural²⁶ contava com R\$36,9 bilhões no SNCC em dezembro de 2022 (+1,4% no ano). Desse, apenas R\$724 milhões (2%) foram captados por cooperativas de crédito singulares, com a maior parte sendo captada pelos bancos cooperativos e subsequente repasse às singulares para aplicação em crédito rural. Os depósitos de poupança no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)²⁷ somavam R\$2,7 bilhões, crescimento de 55,1% no ano, que também têm preponderância dos repasses, embora de menor magnitude quando comparado à poupança rural.

Os depositantes das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos contam com garantia do FGCoop, semelhante ao FGC dos bancos. A garantia do FGCoop é de até R\$250 mil em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial. Conforme o “Relatório Anual 2022”, do FGCoop, 98,82% dos associados depositantes estavam totalmente cobertos pela garantia do fundo. Em

valor, ao final de 2022, a cobertura do FGCoop correspondia a 53,78% dos depósitos elegíveis.

4.3 Patrimônio líquido (cooperativas singulares)

O segmento continuou se alavancando financeiramente, com o crescimento do patrimônio líquido (PL) em menor ritmo que os ativos e as captações. O PL das cooperativas singulares cresceu consistentemente nos últimos anos, mas em ritmo menor do que as captações e os ativos. Em consequência, há aumento da alavancagem financeira, o que tende, diante do contexto do segmento, a otimizar a relação ativo *versus* capital alocado nas entidades. O crescimento do patrimônio líquido teve a contribuição mais relevante do aumento das reservas patrimoniais, derivado da retenção de parte dos resultados positivos, sendo essa característica fundamental para viabilizar a expansão do segmento.

O PL das cooperativas singulares manteve o crescimento consistente dos últimos anos, embora abaixo da expansão dos ativos e das captações. O PL total das cooperativas de crédito singulares cresceu 20,9% no ano (17,9% em 2021), alcançando R\$81,9 bilhões em dezembro de 2022 (Gráfico 4.3.1). O capital social continua sendo o principal componente do PL (51,0%) e aumentou no ano, em termos absolutos, o mesmo que as reservas, embora o crescimento dessas tenha se destacado em termos percentuais (24,1% no ano) (Gráfico 4.3.2).

Nesse contexto, as reservas²⁸ já correspondem a 43,3% do total do PL das singulares (34,3% em 2018) e demonstram a importância da geração de resultados e retenção de parte deles, conjuntamente com o aumento do capital social, para a sustentabilidade econômico-financeira e para a expansão do segmento.

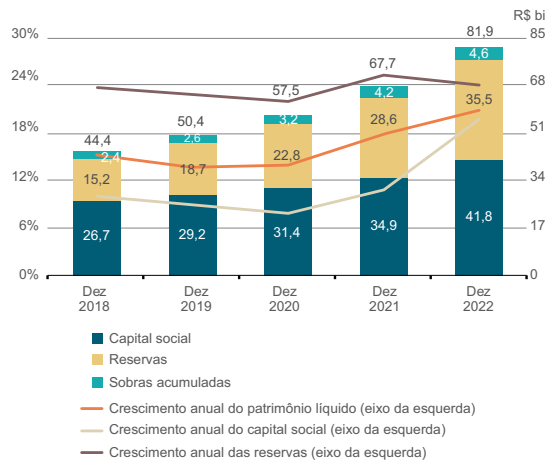
Gráfico 4.3.1 – Patrimônio líquido das cooperativas

26 Resolução 4.716, de 25 de abril de 2019. Permissão para cooperativas singulares de crédito que possuam autorização do BC para operar em crédito rural, com cumprimento de determinadas exigências.

27 Resolução 4.763, de 27 de novembro de 2019. Autorização para captação de depósitos de poupança no âmbito do SBPE e para emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG) pelas cooperativas de crédito.

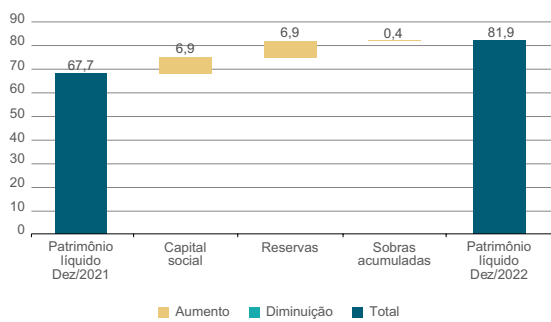
28 Do total de reservas patrimoniais das cooperativas singulares existentes em dezembro de 2022, 93% se referem às reservas legais, e os demais 7% se referem a outras reservas estatutárias.

singulares



Fonte: Cosif

Gráfico 4.3.2 – Evolução do patrimônio líquido das cooperativas singulares no ano

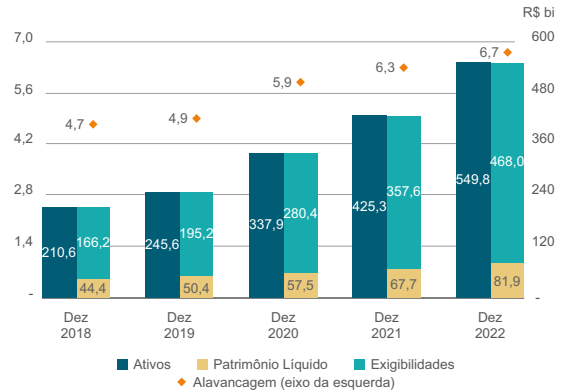


Fonte: Cosif

A estrutura patrimonial das cooperativas singulares está se adaptando à expansão do segmento, com menor proporção do PL e aumento da alavancagem, mas ainda confortáveis do ponto de vista prudencial. O crescimento do PL das cooperativas singulares, apesar de ter sido maior do que nos anos anteriores, ainda assim não acompanhou a evolução das captações e dos seus ativos, ampliando ainda mais a alavancagem financeira, que passou de 6,3 em dezembro de 2021 para 6,7 em dezembro de 2022 (Gráfico 4.3.3). Apesar disso, devido ao aumento das exposições em ativos de menor fator de ponderação, não houve alteração significativa dos indicadores de solvência (vide item 4.5).

Gráfico 4.3.3 – Estrutura patrimonial das cooperativas

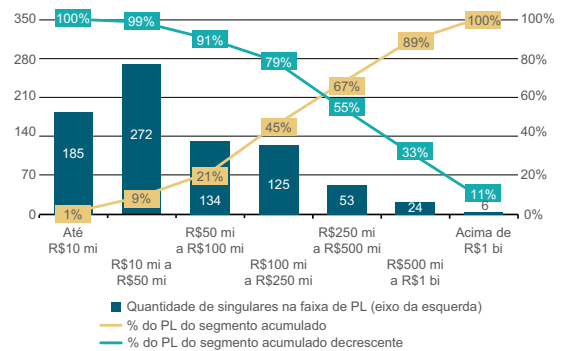
singulares



Fonte: Cosif

Relativamente poucas cooperativas singulares concentram parcela significativa do PL total do segmento. Em dezembro de 2022, 591 cooperativas de crédito singulares (73% do total) possuíam individualmente PL inferior a R\$100 milhões, e detinham apenas 20,7% do total de PL do segmento. Por outro lado, 55,5% do PL total do segmento estava concentrado em 83 singulares com PL superior a R\$250 milhões (Gráfico 4.3.4), seguindo o mesmo padrão de concentração dos ativos.

Gráfico 4.3.4 – Cooperativas singulares por faixa de patrimônio líquido (PL) – Dez/2022



Fonte: Cosif

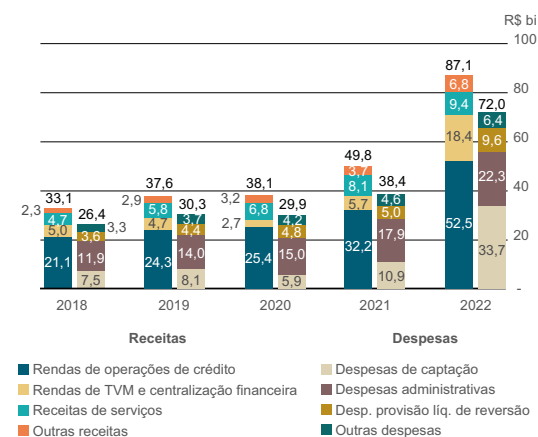
4.4 Resultado (cooperativas singulares)

Seguindo a tendência de anos anteriores, o resultado do segmento melhorou em 2022, contando com crescimento significativo das rendas dos ativos de intermediação financeira e controle das despesas administrativas. Com o aumento mais tempestivo dos custos de captação, em linha com a evolução da Selic, e com o crescimento das despesas de provisão em cenário

de maior materialização de risco, as margens de crédito do segmento ficaram pressionadas, ao encontro do que aconteceu também no restante do SFN. Porém, sobretudo no 2º semestre, as rendas de crédito cresceram em ritmo maior que a evolução da carteira, à medida que gradualmente incorpora operações contratadas com taxas mais altas ao longo de 2021/2022. Ademais, a pressão sobre as margens de crédito foi compensada pelo incremento das rendas com TVM e ativos de tesouraria, pela expansão da própria carteira e pelo maior controle sobre os custos operacionais.

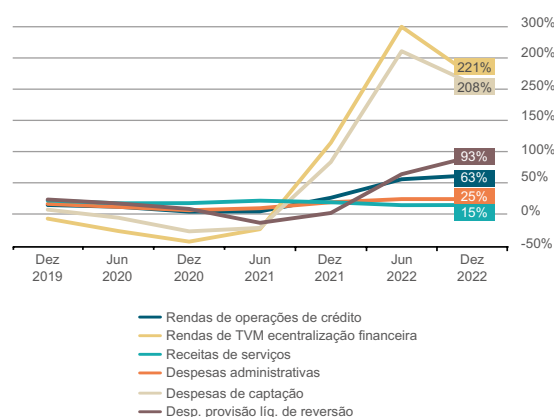
Receitas e despesas das cooperativas singulares cresceram significativamente no ano, refletindo a expansão dos ativos e das captações e o maior nível da taxa básica de juros. O total das receitas das cooperativas singulares teve um incremento de 74,7% em 2022, um pouco menor que o das despesas (+87,6%).²⁹ Entre as principais fontes de renda, destaca-se o incremento das rendas de TVM e tesouraria (+221,1%) e das rendas de operações de crédito (+62,8%), com aumento mais contido das receitas de serviços (+15,3%). Do lado das despesas, apesar da relevante expansão das despesas de captação (+208,4%) e das despesas de provisão para operações de crédito (+92,9%), a evolução das despesas administrativas (+24,8%) mostrou-se mais contida (gráficos 4.4.1 e 4.4.2). Com isso, o resultado das cooperativas singulares em 2022, antes da remuneração anual do capital, foi de R\$15,1 bilhões, o que representa um aumento de 31,7% em relação a 2021 (R\$11,4 bilhões).

Gráfico 4.4.1 – Principais componentes de receitas e despesas das cooperativas singulares



Fonte: Cosif

Gráfico 4.4.2 – Taxas de crescimento de receitas e despesas das cooperativas singulares – 12 meses



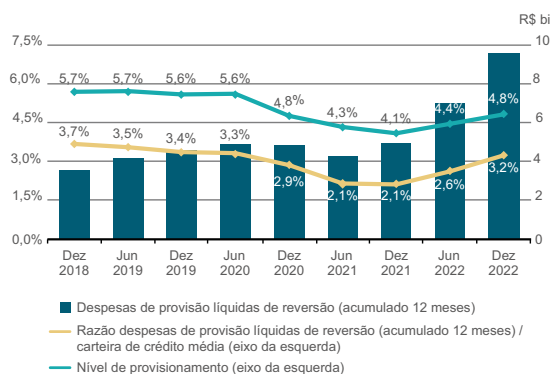
A evolução das rendas de crédito foi beneficiada pelo crescimento da carteira e pela gradual incorporação ao estoque das operações com maior taxa de juros contratadas ao longo de 2021/2022. Além da expansão relevante do estoque de crédito e da elevação da Selic, iniciada em 2021, as rendas de juros já estão refletindo as taxas mais altas das operações. Apesar disso, a margem de intermediação financeira ainda contou com alguma pressão do contexto de retomada mais tempestiva dos custos de captação ao longo do ciclo de elevação da Selic.

O maior nível de despesas de provisão refletiu o aumento da materialização de risco de crédito e da inadimplência a partir do início de 2022. Com o aumento da materialização do risco de crédito, as

²⁹ Consideradas as despesas de provisão para operações de crédito já liquidadas de reversão de provisões.

despesas de provisão cresceram em ritmo superior ao da carteira. Com isso, a relação entre fluxo de provisão e estoque de crédito se elevou e contribuiu para aumentar a pressão sobre a margem de crédito líquida de provisão (Gráfico 4.4.3).

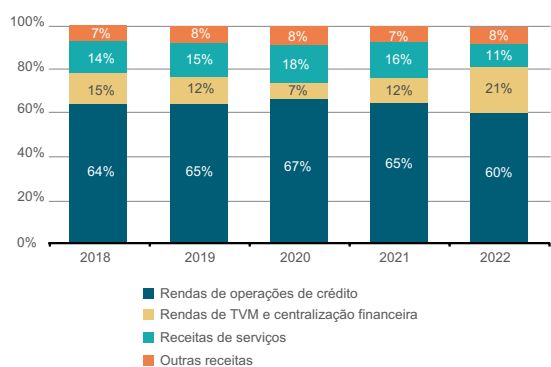
Gráfico 4.4.3 – Despesas de provisão para créditos das cooperativas singulares –12 meses



Fonte: Cosif

Acompanhando de forma mais tempestiva a evolução da Selic, em 2022 as rendas com TVM e ativos de tesouraria aumentaram sua importância. A representatividade das rendas de crédito na composição das fontes de receita das cooperativas singulares reduziu de 64,7% das receitas em 2021 para 60,3% em 2022, assim como as receitas de serviços (de 16,3% para 10,8%). As rendas com TVM e ativos de tesouraria (incluída a centralização financeira) aumentaram significativamente sua participação (de 11,5%, em 2021, para 21,1%, em 2022) (Gráfico 4.4.4). O crescimento dessas é explicado principalmente pela elevação da taxa básica de juros e, complementarmente, pelo crescimento dessas carteiras.

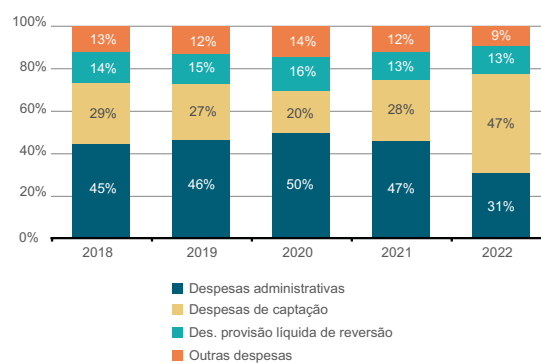
Gráfico 4.4.4 – Composição das receitas das cooperativas singulares



Fonte: Cosif

O aumento relevante das despesas de captação refletiu o ciclo de aumento da Selic e a expansão do estoque. A representatividade das despesas de captação passou de 28,5%, em 2021, para 46,8% das despesas, em 2022, devido ao ciclo de elevação da taxa básica de juros e à expansão do estoque. As despesas administrativas reduziram sua participação na composição das despesas do segmento (46,7%, em 2021, para 31,0%, em 2022), refletindo o ganho de escala decorrente do maior nível de alavancagem operacional do segmento. As despesas de provisão, embora tenham crescido no período, mantiveram sua representatividade estável diante do relevante aumento das despesas de captação (Gráfico 4.4.5).

Gráfico 4.4.5 – Composição das despesas das cooperativas singulares

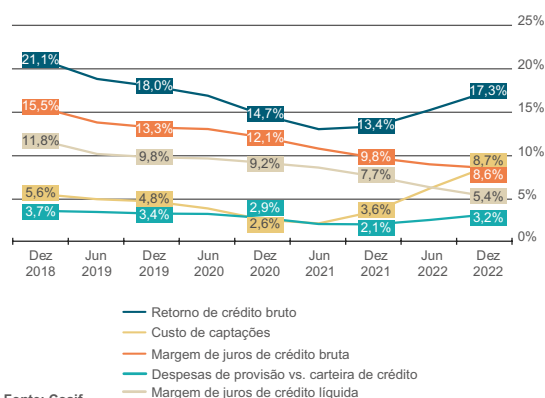


Fonte: Cosif

O estoque ainda existente de operações contratadas em período de taxas de juros mais baixas e o aumento dos custos de captação e das despesas de provisão pressionaram a margem de crédito. O estoque remanescente de operações de crédito contratadas no período de Selic reduzida acarretou recuperação gradual e menos tempestiva do retorno bruto das operações de crédito. Enquanto esse retorno aumentou em 3,9 p.p. em 2022, comparado com 2021, o acréscimo no custo de captação foi de 5,1 p.p. (Gráfico 4.4.6). Essa diferença de comportamento do custo versus retorno do crédito no ciclo de elevação da taxa básica de juros pressionou a margem de

crédito bruta,³⁰ que reduziu em 1,2 p.p. A maior proporção das despesas de provisão em relação à carteira de crédito (+1,1 p.p.) somou-se a esse efeito, impactando a margem de crédito líquida³¹, que reduziu no final em 2,3 p.p. e atingiu 5,4% em 2022, menor nível nos últimos cinco anos.

Gráfico 4.4.6 – Margem de juros de crédito das cooperativas singulares – 12 meses



Fonte: Cosif

A rentabilidade do segmento manteve a trajetória de alta iniciada em 2021, mesmo com a pressão sobre a margem de crédito. O aumento no retorno da carteira de títulos possibilitou algum acréscimo das margens de intermediação financeira, apesar da pressão sobre a margem de crédito. Adicionalmente, o ganho de escala, com as despesas administrativas reduzindo sua relevância frente a maior expansão dos ativos, resultou no aumento da rentabilidade do segmento. O Retorno sobre os Ativos (ROA)³² do segmento passou de 3,0%, em 2021, para 3,1%, em 2022 (Gráfico 4.4.7). O incremento no Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)³³ foi ainda mais

30 Calculada pela diferença entre o retorno de crédito bruto (rendas de crédito acumuladas em doze meses divididas pelo estoque médio da carteira no período) e o custo de captação (despesas de captação acumuladas em doze meses divididas pelo estoque médio de captações no período).

31 Calculada pela diferença entre a margem de crédito bruta e as despesas de provisão (despesas de provisão líquidas de reversão acumuladas em doze meses divididas pelo estoque médio da carteira de crédito no período).

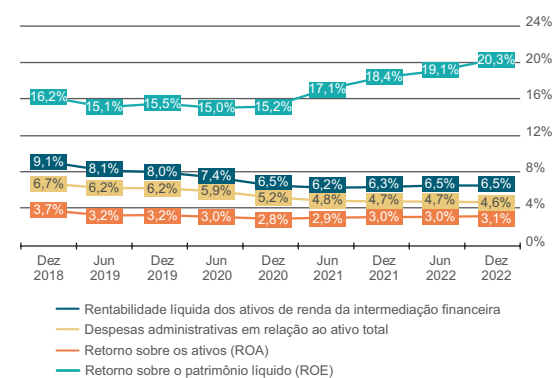
32 Resultado antes da remuneração anual do capital dos últimos doze meses em relação à média do ativo total dos últimos treze meses.

33 Resultado antes da remuneração anual do capital dos últimos doze meses em relação à média do patrimônio líquido dos últimos treze meses.

relevante, somado o efeito da maior alavancagem financeira, passando de 18,4%, em 2021, para 20,3%, em 2022.

Embora as cooperativas de crédito sejam entidades sem fins lucrativos, a geração consistente de resultados se traduz em sustentabilidade econômico-financeira, possibilitando constituição de reservas e, conseqüentemente, aumento do seu PL e viabilidade de expansão de suas operações.

Gráfico 4.4.7 – Indicadores de resultado e eficiência das cooperativas singulares – 12 meses

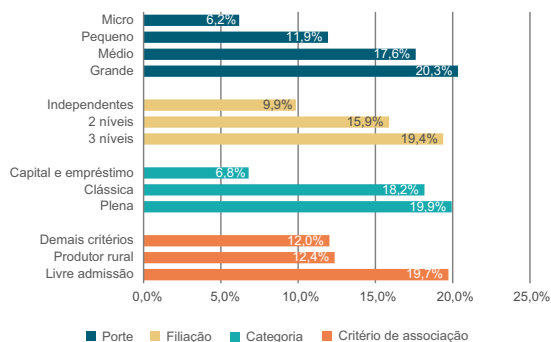


Fonte: Cosif

Cooperativas de crédito de grande porte apresentam maior rentabilidade, que, por sua vez, demonstra também estar associada a outras características: sistemas de três níveis, plenas ou de livre admissão de associados. Em 2022, o segmento de singulares de grande porte³⁴ atingiu ROE de 22,2% ao ano. Quanto à organização sistêmica, as singulares pertencentes a sistemas de três níveis foram as que, no conjunto, obtiveram o maior ROE (21,3% ao ano). Considerando a segmentação por categoria, as singulares plenas alcançaram um ROE de 21,9% ao ano. Quanto aos critérios de associação, as de livre admissão de associados foram as que sobressaíram, com ROE médio de 21,5% ao ano (Gráfico 4.4.8).

34 Conjunto de cooperativas de crédito singulares com total de ativos correspondente a 70% do total de ativos das cooperativas singulares.

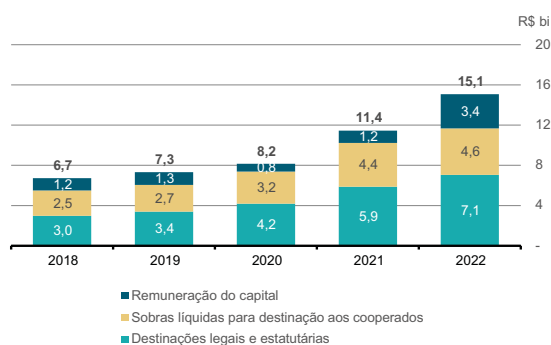
Gráfico 4.4.8 – ROE das cooperativas singulares por segmentação em dez/2022 – 12 meses



Fonte: Cosif e Unicad

Parcela significativa dos resultados das cooperativas singulares continua sendo destinada às reservas patrimoniais, proporcionando maior solidez ao segmento. Os resultados obtidos em 2022 pelas cooperativas singulares foram destinados à remuneração do capital (22,6%), às destinações legais e estatutárias (46,8%)³⁵ e às sobras líquidas³⁶ (30,6%) (Gráficos 4.4.9 e 4.4.10). A parcela destinada à remuneração do capital³⁷ apresentou aumento relevante (+179,7%), mas está relacionado ao ciclo de alta da taxa Selic.

Gráfico 4.4.9 – Destinações dos resultados das cooperativas singulares



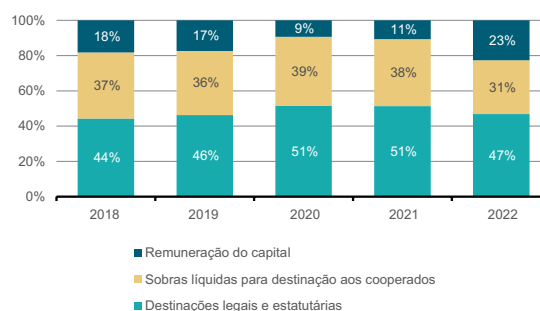
Fonte: Cosif

35 Nível de destinação superior ao mínimo definido na Lei 5.764/1971, que define que as cooperativas são obrigadas a constituir Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício, e Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, constituído com 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas.

36 Destinação aos cooperados proporcionalmente às operações realizadas.

37 A remuneração do capital prevista na Lei Complementar 130/2009 tem como limite a taxa Selic.

Gráfico 4.4.10 – Participação das destinações dos resultados das cooperativas singulares

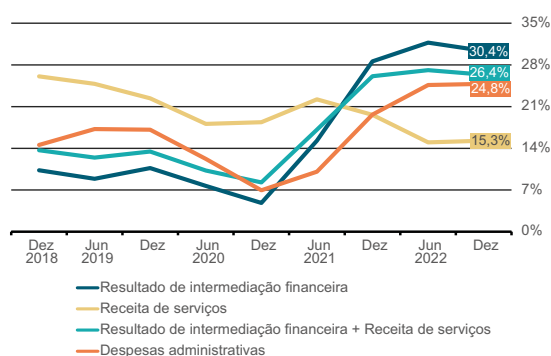


Fonte: Cosif

A eficiência operacional vem refletindo o ganho de escala do segmento, que contribuiu com o crescimento do resultado de intermediação financeira em níveis superiores à evolução das despesas administrativas. O crescimento do resultado de intermediação financeira em 2022 foi de 30,4%, um pouco acima do ano anterior (28,6%). As receitas de serviços reduziram o ritmo de crescimento (+19,6% em 2021, +15,3% em 2022). Esses dois componentes em conjunto tiveram um incremento de 26,4%, superando o aumento das despesas administrativas (+24,8%), mantendo a tendência de melhora da eficiência operacional do segmento (Gráfico 4.4.11). Porém, com a redução do ritmo de crescimento das receitas de serviços, que ficou bem abaixo da expansão das despesas administrativas em 2022, a cobertura de despesas administrativas com receitas de serviços³⁸ reduziu-se de 42,9%, em 2021, para 38,9%, em 2022 (Gráfico 4.4.12). Esse nível é bem inferior ao observado no sistema bancário (64,6%).

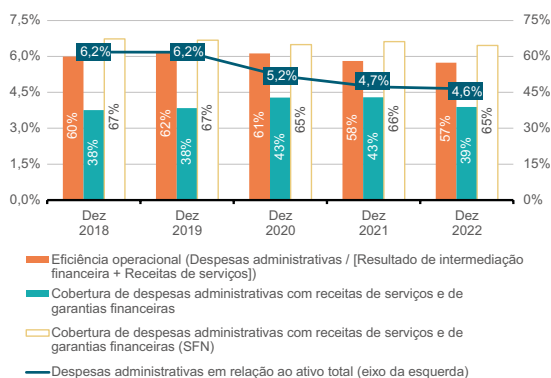
38 Incluindo receitas com garantias financeiras

Gráfico 4.4.11 – Taxas de crescimento do resultado de intermediação financeira, das receitas de serviço e das despesas administrativas das cooperativas singulares – 12 meses



Fonte: Cosif

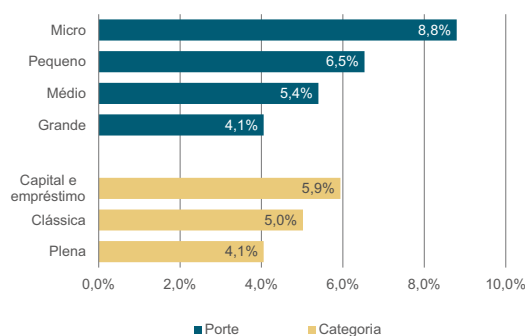
Gráfico 4.4.12 – Eficiência operacional das cooperativas singulares – 12 meses



Fonte: Cosif

Cooperativas de grande porte ou plenas tendem a ter menor relação entre despesas administrativas e ativos totais. Em 2022, as cooperativas de crédito singulares de grande porte apresentaram no conjunto a menor relação entre despesas administrativas e ativos totais (4,1%). Considerando a segmentação por categoria, o conjunto das singulares plenas também chegou a uma relação de 4,1% (Gráfico 4.4.13).

Gráfico 4.4.13 – Despesas administrativas em relação ao ativo total das cooperativas singulares por segmentação em dez/2022 – 12 meses



Fonte: Cosif e Unicad

4.5 Solvência (cooperativas singulares)

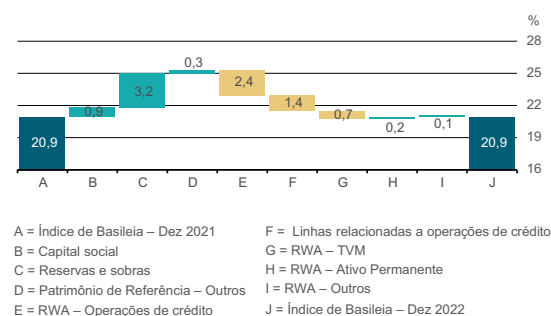
A capitalização agregada das cooperativas singulares continua em patamar confortável, capaz de sustentar o aumento da participação do segmento no crédito nacional. O Índice de Basileia³⁹ (IB) manteve-se estável em 2022 (Gráfico 4.5.1), interrompendo assim a trajetória de queda verificada nos anos anteriores (Gráfico 4.5.2). A distribuição de frequência do Índice de Adequação de Capital⁴⁰ (IAC) mostra que cerca de metade das cooperativas possuem mais que o dobro do capital requerido e apenas oito instituições, com ativos irrelevantes em relação ao sistema, não atendem aos requerimentos prudenciais⁴¹ (Gráfico 4.5.3).

39 O Índice de Basileia consiste na razão entre o Patrimônio de Referência (PR), apurado conforme a Resolução 4.955, de 21 de outubro de 2021, ou segundo a metodologia simplificada prevista pela Resolução 4.606, de 19 de outubro de 2017, e os ativos ponderados pelo risco (Risk-Weighted Assets - RWA), os quais são aferidos com base nas disposições das Resoluções 4.958 e 4.606, de 21 de outubro de 2021 e 19 de outubro de 2017, respectivamente.

40 O IAC consiste na razão entre o PR e o respectivo requerimento de capital. Para instituições optantes pela metodologia simplificada de apuração de requerimentos mínimos, é exigido PR de no mínimo 12% do RWA de cooperativas filiadas a uma central e 17% para cooperativas independentes. As demais instituições têm de atender aos requerimentos mínimos de Capital definidos pela Resolução 4.958, de 21 de outubro de 2021, bem como o Adicional de Capital Principal e capital para cobertura do risco de variação da taxa de juros para instrumentos financeiros classificados na carteira bancária.

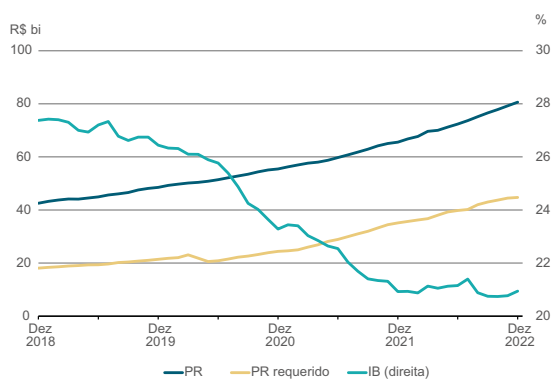
41 Das oito cooperativas mencionadas, três encerraram suas atividades ou foram liquidadas extrajudicialmente após a data-base deste relatório.

Gráfico 4.5.1 – Variação do Índice de Basileia



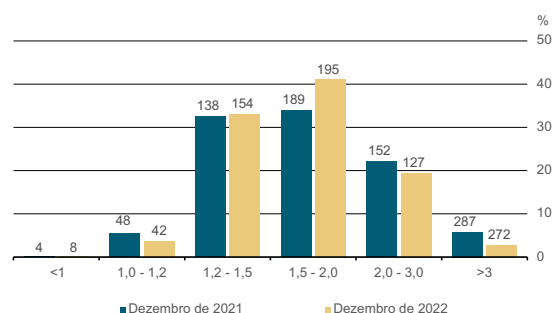
Fonte: DLO

Gráfico 4.5.2 – Evolução do Índice de Basileia



Fonte: DLO

Gráfico 4.5.3 – Distribuição de Frequência do IAC – Ponderada por ativos¹



1 Os valores acima das barras referem-se ao número de IFs com IAC pertencente àquele intervalo.

Fonte: DLO

As instituições aptas a realizar operações mais complexas têm elevado sua participação no capital do sistema. O Patrimônio de Referência (PR), composto quase exclusivamente de capital social, reservas e sobras acumuladas, apresentou crescimento de R\$15,1 bilhões em 2022, devido essencialmente aos resultados retidos. Em termos de categoria,⁴² destaca-se o aumento da participação das cooperativas plenas (Tabela 4.5.1), indicando a busca do sistema por ofertar um maior conjunto de produtos. Verifica-se que as cooperativas plenas e clássicas que apuram o requerimento mínimo de capital pela metodologia padrão possuem menor dispersão nos valores de seus índices de capitalização (Gráfico 4.5.4).

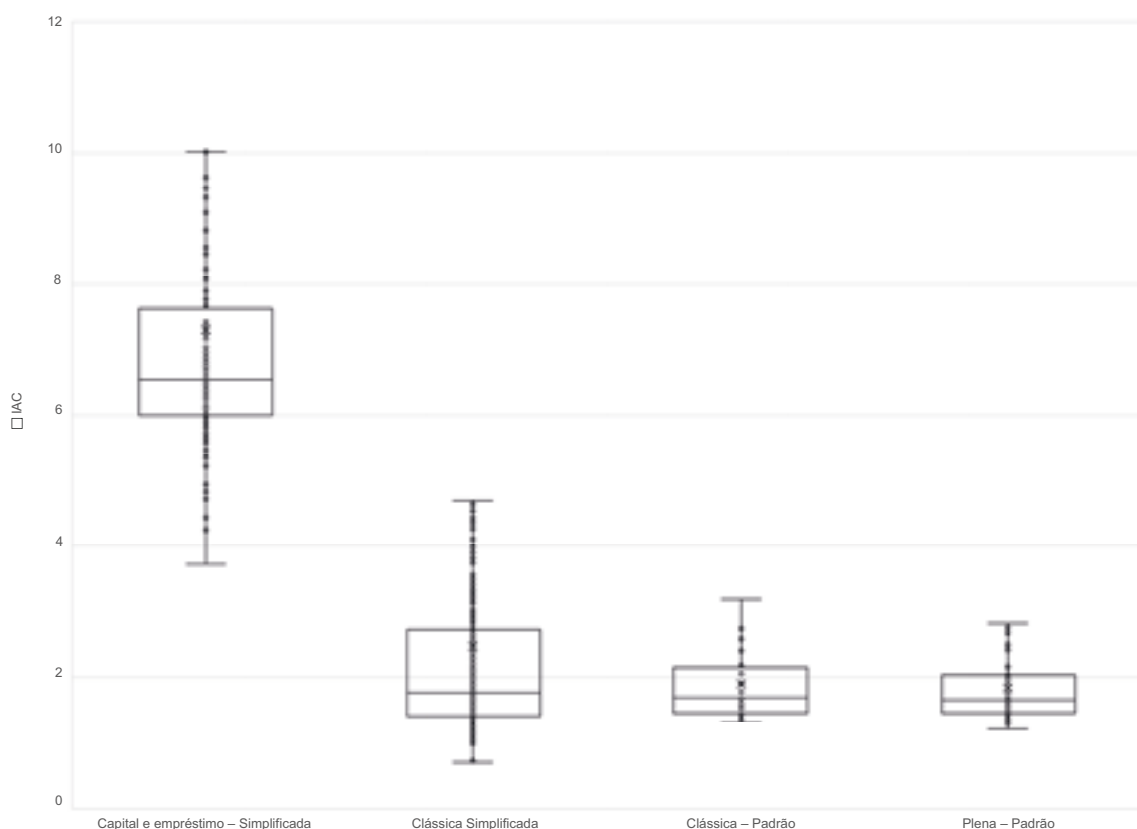
Tabela 4.5.1 – PR por categoria e metodologia de apuração

Categoria	Metodologia	R\$ (milhões)			% do Total		
		Dez/2021	Dez/2022	Var. (%)	Dez/2021	Dez/2022	Var. (p.p)
Capital e Empréstimo	Simplificada	2.264	2.384	5,3	3,5	3,0	-0,5
Clássica	Padrão	5.407	6.782	25,4	8,3	8,4	0,2
Clássica	Simplificada	32.636	39.515	21,1	49,8	49,0	-0,8
Plena	Padrão	25.233	31.911	26,5	38,5	39,6	1,1
Total		65.540	80.593	23,0	-	-	

Fonte: DLO e Unicad

42 Conforme a Resolução 4.434, de 5 de agosto de 2015, as cooperativas de crédito são categorizadas como plenas (podem praticar todas as operações), clássicas (não podem ter moeda estrangeira, operar com variação cambial e nem com derivativos) e as de capital e empréstimo (não podem captar depósitos, sendo seus recursos oriundos apenas do capital integralizado pelos associados). A partir de 1º de janeiro de 2023, entrou em vigor a Resolução 5.051, de 25 de novembro de 2022, que passou a regulamentar a matéria.

Gráfico 4.5.4 – Medianas e quartis do IAC por categoria e metodologia e apuração



A composição dos ativos ponderados pelo risco (*Risk-Weighted Assets - RWA*) segue amplamente dominada pela parcela de crédito, especialmente operações de crédito e linhas a elas relacionadas.⁴³ Por terem maior relevância no sistema, essas operações foram responsáveis pela maior parte do aumento do capital requerido em 2022. No entanto, o crescimento das exposições foi proporcionalmente maior em ativos com maior liquidez, tais como títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras (Tabela 4.5.2). A essas exposições são aplicados fatores de ponderação de risco (FPR) inferiores aos utilizados às demais, motivo pelo qual seu crescimento reduziu o FPR médio efetivo do segmento de 61,3% para 59,1%. As parcelas referentes a risco de mercado e operacional reduziram ainda mais suas participações no capital requerido pelo sistema.

43 Consideramos como linhas relacionadas a operações de crédito os créditos a liberar, as garantias prestadas, os compromissos não canceláveis de crédito e outros direitos com características de crédito.

Tabela 4.5.2 – Composição do RWA

	R\$ (milhões)			% do Total		
	Dez/2021	Dez/2022	Var. (%)	Dez/2021	Dez/2022	Var. (p.p)
RWA Total	313.170	384.875	22,9	100,0	100,0	-
RWA de Crédito	296.775	366.486	23,5	94,8	95,2	0,5
Operações de Crédito	198.304	237.554	19,8	63,3	61,7	-1,6
Aplicações interfinanceiras	3.527	5.924	68,0	1,1	1,5	0,4
Títulos e valores mobiliários	10.874	22.687	108,6	3,5	5,9	2,4
Centralização financeira	18.640	21.472	15,2	6,0	5,6	-0,4
Permanente	11.774	8.994	-23,6	3,8	2,3	-1,4
Compromissos de crédito não canceláveis	8.619	11.354	31,7	2,8	3,0	0,2
Garantias prestadas	25.127	32.387	28,9	8,0	8,4	0,4
Outros	19.910	26.114	31,2	6,4	6,8	0,4
RWA de Mercado	406	498	22,7	0,1	0,1	-0,0
RWA Operacional	15.989	17.891	11,9	5,1	4,6	-0,5

Fonte: DLO

O sistema cooperativo encontra-se preparado para sustentar o desenvolvimento da atividade econômica nacional e aumentar sua participação no crédito do SFN, em consonância com os objetivos divulgados pelo Banco Central do Brasil na Agenda BC#. ⁴⁴ A margem de capital consolidada ⁴⁵ das cooperativas singulares avançou 17,9% a R\$35,9 bilhões em 2022. No mesmo período, a participação do segmento nas modalidades de crédito em que atua aumentou de 11,4% para 11,6% do SFN. Comparando com o segmento bancário, destaca-se que as cooperativas singulares não possuem Capital Complementar, fazem pouco uso de instrumentos elegíveis ao Capital de Nível II e não se enquadram nos segmentos prudenciais sujeitos ao limite de Razão de Alavancagem. ⁴⁶

Para atingir o percentual de 20%, previsto como meta na Agenda BC#, o sistema deveria conceder R\$326 bilhões adicionais, montante inferior ao potencial de crédito ⁴⁷ atual das cooperativas singulares de R\$398 bilhões. Assim, apesar da meta da Agenda BC# poder ser atingida sem a necessidade de injeção de recursos ou retenção de resultados, é fundamental que as cooperativas de crédito aprofundem a racionalização das despesas administrativas e que consolidem o movimento de retenção de resultado para formação de reservas, a fim de ter uma fonte de capital mais estável para sustentação do crescimento do SNCC.

44 Conforme divulgado em https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/ Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Presidente_RCN_Cooperativismo_25_6_2019.pdf, o Banco Central vem adotando medidas para estimular o sistema cooperativo, tendo como desafio o aumento de participação nas modalidades de crédito em que atua para 20% do SFN.

45 A margem de capital corresponde à menor margem em todos os requerimentos prudenciais.

46 Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.615/17, o requerimento mínimo para Razão de Alavancagem aplica-se apenas às instituições pertencentes aos segmentos prudenciais S1 ou S2, ao passo que todas as cooperativas singulares pertencem aos segmentos S3 a S5.

47 O potencial de concessão de crédito é calculado dividindo-se a margem de capital pelo respectivo percentual de requerimento em relação ao RWA e pelo fator de ponderação de risco médio das operações de crédito de cada cooperativa, não considerando a constituição de provisão sobre os créditos a serem gerados.

5 Considerações Finais

O cooperativismo de crédito se manteve como o segmento com maior crescimento no SFN, de forma sustentável e com bases sólidas. Com isso, a representatividade do SNCC no SFN se ampliou, com expansão nas principais dimensões econômico-financeiras, como nos ativos totais, carteira de crédito e de depósitos.

O SNCC continua ampliando sua presença física no país e aumentando o quadro de associados. O crédito rural a pessoas físicas e o capital de giro impulsionaram o crescimento do crédito, mantendo o seu foco de atuação no produtor rural e nas micro, pequenas e médias empresas.

O novo marco legal do cooperativismo de crédito brasileiro, com o advento da Lei Complementar 196/2022, que atualizou a Lei Complementar 130/2009, trouxe aprimoramentos com grande potencial de alavancar ainda mais o segmento, com importantes adequações relacionadas ao fomento de atividades e negócios, à gestão e governança, bem como à organização sistêmica e eficiência do SNCC.

O cooperativismo de crédito se encontra apto para ampliar sua participação no cenário do SFN, contribuindo cada vez mais para o aprimoramento da concorrência e eficiência, bem como para a inclusão financeira de parcela significativa da população brasileira, notadamente nas áreas mais remotas, e para as empresas de menor porte, atendendo às necessidades creditícias dos seus associados pessoas físicas e jurídicas.

